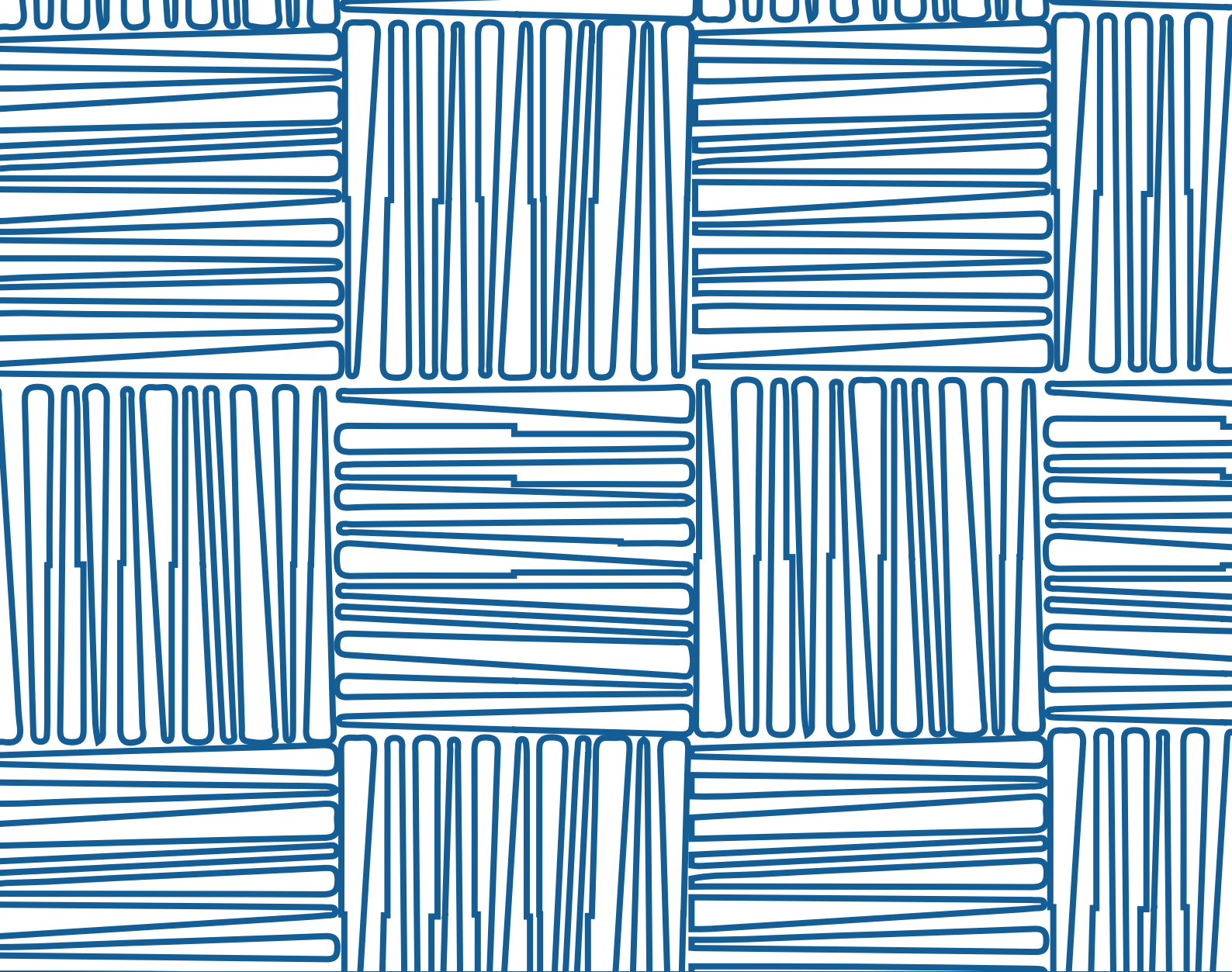




# Estágio Curricular III: O planejamento e prática pedagógica na Educação Infantil

*Coleção*

***Educação do campo, das águas e das florestas:  
tecendo currículos de formação de professores  
no contexto amazônico***

*Maria Valcirlene de Souza  
Carmel do Nascimento Pereira  
Lucinete Gadelha da Costa*



editora  
UEA



UEA  
UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO  
AMAZONAS



Maria Valcirlene de Souza  
Carmel do Nascimento Pereira  
Lucinete Gadelha da Costa

**ESTÁGIO CURRICULAR III**  
**o planejamento e prática**  
**pedagógica na Educação Infantil**

## **Governo do Estado do Amazonas**

Roberto Maia Cidade Filho  
**Governador**

## **Universidade do Estado do Amazonas**

André Luiz Nunes Zogahib  
**Reitor**

Kátia do Nascimento Couceiro  
**Vice-reitora**

Raimundo de Jesus Teixeira Barradas  
**Pró-reitor de Ensino de Graduação**

Roberto Sanches Mubarak Sobrinho  
**Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Valber Barbosa Martins  
**Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**

Samantha Coelho Pinheiro  
**Pró-reitor de Planejamento**

Nilson José de Oliveira Junior  
**Pró-reitor de Administração**

Monica Dias de Araújo  
**Pró-reitor de Interiorização**

## **Núcleo de Educação a Distância – NEAD**

Jeiviane Justiniano  
**Coordenadora Geral NEAD/UAB/UEA**

## **Universidade Aberta do Brasil -UAB**

Raimundo N. A. da Silva  
**Coordenador adjunto da UAB/UEA**

## **Escola Normal Superior**

Márcio Gonçalves dos Santos  
**Diretor**

Daniele Mariam  
**Coordenadora de Qualidade**

## **Licenciatura em Pedagogia do Campo**

Lucinete Gadelha da Costa  
**Coordenadora do Curso e do Núcleo de Educação do Campo, das Águas e das Florestas da Escola Normal Superior/UEA**

## **Núcleo Docente Estruturante**

Lucinete Gadelha da Costa  
**Presidente**

Maria Edeluza Ferreira Pinto de Moura  
Vanderlete Pereira da Silva  
Raimundo Sidney dos Santos Campos  
Leni Rodrigues Coelho  
**Membros**

## *editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira  
Horstmann  
**Diretora**

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas  
**Gerente**

Wesley Sá  
**Editor Executivo**

Raquel Maciel  
**Produtora Editorial**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira  
Horstmann (Presidente)  
Adriana Távora de Albuquerque Taveira  
Carlos Mauricio Seródio Figueiredo  
Gislaine Regina Pozzetti  
Josefina Diosdada Barrera Khalil  
Katell Uguen  
Orlem Pinheiro de Lima  
Silvia Regina Sampaio Freitas  
Vanúbia Araújo Laulate Moncayo  
**Conselho Editorial**

André Teixeira  
**Assistência Editorial**

Sindell Amazonas  
**Edição de layout e finalização**

Ingrid Marães  
Isadora Lopes  
**Revisão e padronização**



Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas  
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo  
Ortográfico da Língua Portuguesa

### Ficha catalográfica

S719e  
2026

Souza, Maria Valcirlene de

Estágio Curricular III: o planejamento e prática pedagógica na Educação Infantil / Maria Valcirlene de Souza, Carmel do Nascimento Pereira, Lucinete Gadelha da Costa. 1.ed. – Manaus (AM): Editora UEA, 2026.

80 p.: il., color; 21 cm (coleção Educação do campo, das águas e das florestas: tecendo currículos de formação de professores no contexto amazônico) [E-book]

ISBN 978-85-7883-874-4

Formato PDF

Inclui referências bibliográficas

1. Estágio curricular. 2. Formação de professores. 3. Educação infantil. 4. Planejamento. I. Pereira, Carmel do Nascimento. II. Costa, Lucinete Gadelha da. III. Título.

CDU 1997 – 371.124.14

*Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota CRB-11/484*



*editora***UEA**

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil  
CEP 69050-010 | +55 92 38784463  
[editora.uea.edu.br](http://editora.uea.edu.br) | [editora@uea.edu.br](mailto:editora@uea.edu.br)

## Educação do campo das águas e das florestas: tecendo currículos de formação de professores no contexto amazônico

A Licenciatura em Pedagogia do Campo traz temas com o foco nas discussões sobre a Educação na Amazônia e, ao mesmo tempo, cria oportunidades para a troca de experiências, dialógicas de intercâmbio e produção de conhecimentos com ênfases nos fundamentos epistêmicos relativos à pesquisa e ao ensino, da produção dos professores e estudantes. Visa também oferecer aos professores oportunidades de formação continuada por meio das discussões sobre pesquisas no campo da educação, mais especificamente na formação de professores, de modo a estimular docentes e discentes a se envolverem com as reflexões científicas articuladas às suas práticas pedagógicas construídas no processo, mediados por diferentes contextos.

Este livro no formato de e-book, intitulado *Educação do Campo das Águas e das Florestas: Tecendo Currículos de Formação de Professores no Contexto Amazônico* faz parte da coleção Educação do Campo das águas e das florestas: tecendo currículos com a formação de professores no contexto amazônico, que tem como objetivo a produção didática do conteúdo básico dos componentes curriculares do curso. O livro traz a produção didático-pedagógica com o objetivo de socializar as pesquisas realizadas no Curso de Pedagogia do Campo, desenvolvido na Pró Reitoria de Graduação – PROGRAD no Convênio entre a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a CAPES mediado na UEA pelo Núcleo de Educação a distância – NEAD e a Universidade aberta do Brasil – UAB.

O curso de Pedagogia do Campo originário da Universidade do Estado do Amazonas, no município de Carauari, nasce das demandas do estado do Amazonas, originadas da reivindicação de populações de comunidades ribeirinhas, mediadas pelo Fórum do Território do Médio Juruá, em um movimento rico de articulação entre universidade e sociedade.

Este processo foi se constituindo, a partir de experiências realizadas com a contribuição do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores para a Educação em Ciências na Amazônia (GEPEC) com foco na formação de professores, alicerçada numa perspectiva teórico-prática, permeada pelo processo dialógico em diferentes instâncias em que destacamos o Comitê Estadual da Educação do Campo e o Colegiado do Curso de Pedagogia da Escola Normal Superior.

Neste sentido, o curso, sendo uma experiência em construção, aponta preocupações na formação de professores frente a realidade dos contextos ribeirinhos amazônicos, delineando os recortes epistêmicos direcionados pelos princípios da Educação do Campo em seu desenho curricular em que a pesquisa, ensino e extensão são eixos articuladores no desenvolvimento do currículo, em estratégias multidisciplinares visando à formação docente, em suas dinâmicas educativas escolar e sua gestão e os processos educativos comunitários. Dessa forma, salientamos aspectos importantes a serem considerados neste caminhar, entendendo que uma proposta de formação não se constitui em algo fixo, mas processual, possibilitando aos sujeitos envolvidos reflexões e ações concretas na formação de professores com desdobramentos desta na ação da educação básica em nosso contexto amazônico.

Acreditamos ainda que, com uma perspectiva de formação pautada em um currículo contextualizado, construído no próprio processo de formação, dando abertura para as criações e significações nas experiências cotidianas, é possível resistir e lutar sempre por uma formação que enuncie outras possibilidades e operações possíveis por dentro de normativas que trazem a lógica de um comum, contorcendo-as e desarticulando a ideia desse comum homogêneo que não existe em lugar nenhum, e em especial no campo amazônico que para nós se configura um campo de movimentos incomuns de saberes por entre rios e florestas que escapam do padrão normativo.

Os processos formativos na nossa realidade amazônica precisam ser contextualizados com as nossas demandas específicas, que não estão vinculados, necessariamente, ao sujeito camponês, ou camponeses, e sim relacionados com as construções históricas dos povos originários, caboclos, ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores artesanais, coletores, dentre outros, que vivem nas diferentes Amazônias.

Concluimos a apresentação desta produção, que se constitui como tessituras de ideias e práticas, no campo da formação de professores na Amazônia caracterizado pelos povos das florestas e dos rios, que a partir do trabalho trazem os elementos teóricopráticos que possibilitam a reflexão acerca da nossa realidade e das contradições presentes em nossos cotidianos, trazendo elementos para um processo de novas significações, na defesa de uma escola pública popular.

*Profa. Dra. Lucinete Gadelha da Costa*  
*Profa. Dra. Maria Edeluza Ferreira Pinto de Moura*

# Sumário



## UNIDADE I

|                                                                                                                                                                  |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>A aproximação com a realidade das infâncias do campo .....</b>                                                                                                | <b>7</b>  |
| <b>A Educação Infantil do/no campo: uma realidade amazônica marcada por luta de ser e estar no mundo.....</b>                                                    | <b>9</b>  |
| <b>A Educação Infantil do Campo e sua proposta pedagógica.....</b>                                                                                               | <b>11</b> |
| Proposta Pedagógica e as Infâncias do Campo.....                                                                                                                 | 12        |
| <b>O Referencial Curricular Amazonense - RCA, aproximando as infâncias....</b>                                                                                   | <b>13</b> |
| A interação das crianças com a natureza.....                                                                                                                     | 15        |
| <b>A interação da criança com a natureza: explorando os benefícios e possibilidades.....</b>                                                                     | <b>18</b> |
| <b>Benefícios da Interação da Criança com a Natureza .....</b>                                                                                                   | <b>20</b> |
| O valor do brincar e do aprender com a - e na - natureza.....                                                                                                    | 21        |
| Estratégias para promover a interação com a natureza.....                                                                                                        | 22        |
| <b>Os marcos legais brasileiros e o direito das crianças do campo vivenciarem suas infâncias .....</b>                                                           | <b>24</b> |
| Breve histórico sobre a Educação Infantil no Brasil .....                                                                                                        | 24        |
| A Educação Infantil na visão da BNCC .....                                                                                                                       | 25        |
| <b>BNCC e DCNEI: Diálogos necessários para a Educação Infantil .....</b>                                                                                         | <b>26</b> |
| RCNEI - .....                                                                                                                                                    | 27        |
| Concepção da criança: O foco está no desenvolvimento integral da criança, mas ela ainda é vista como alguém que responde aos estímulos dados pelos adultos ..... | 27        |
| DCNEI .....                                                                                                                                                      | 27        |
| BNCC .....                                                                                                                                                       | 27        |
| <b>Principais marcos legislativos da Educação Infantil no Brasil .....</b>                                                                                       | <b>28</b> |
| Educação Infantil no contexto Amazônico.....                                                                                                                     | 28        |

## UNIDADE II

|                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>A prática do planejamento na educação infantil.....</b>                  | <b>33</b> |
| <b>A importância do planejamento e da rotina na Educação Infantil .....</b> | <b>36</b> |
| <b>O que não pode faltar no Planejamento da Educação Infantil? .....</b>    | <b>40</b> |

|                                                             |           |
|-------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>As crianças e suas interações no espaço escolar.....</b> | <b>42</b> |
| Interagindo com os pares .....                              | 43        |
| Interagindo com os professores.....                         | 44        |
| Interagindo com o ambiente físico.....                      | 46        |
| Interagindo com materiais e recursos .....                  | 48        |
| Interagindo com o currículo .....                           | 49        |
| <b>Ação docente nas creches e escolas.....</b>              | <b>50</b> |
| <b>Fundamentos da Ação Docente .....</b>                    | <b>51</b> |
| Relação Professor-Aluno.....                                | 52        |
| Diversidade e Inclusão.....                                 | 53        |
| Metodologias Ativas.....                                    | 54        |
| Avaliação Formativa .....                                   | 54        |

### **UNIDADE III**

|                                                                     |           |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>A formação docente: a praxis na educação infantil.....</b>       | <b>57</b> |
| O docente como gestor da sala de aula .....                         | 60        |
| Formação docente e práxis pedagógica na Educação Infantil.....      | 61        |
| A prática da pesquisa na ação docente .....                         | 64        |
| Tipos de pesquisa no estágio.....                                   | 66        |
| O estágio como espaço de formação docente na educação infantil..... | 68        |
| O estágio docente no contexto da educação do campo .....            | 70        |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                            | <b>74</b> |





# **UNIDADE I**

## **A APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE DAS INFÂNCIAS DO CAMPO**

O tema que enfatiza as crianças e suas infâncias no campo, possui um percurso histórico que necessita ser percebido por todos os que estudam e convivem com elas. Para Gagnebin (1997), a noção de infância é uma categoria histórica. Nessa perspectiva, a história relata que os gregos trouxeram concepções significativas para as reflexões dos processos educativos por manifestarem pouco interesse no assunto nessa faixa etária das crianças pelo fato de não perceberem a infância como um problema.

Os gregos manifestaram pouco interesse na infância, uma vez que esse período da vida não se apresentava como um problema filosófico para a época, tão pouco como uma categoria etária que merecia um tratamento específico. Esse fato justifica-se até mesmo pela etimologia da palavra infância, que estava diretamente ligada às normas e ao direito, ao domínio da *res publica* muito mais do que ao âmbito privado ou familiar. A *res publica* era um período de vida pública que foi negada às minorias como mulheres, escravos e crianças. Nesse período, as crianças eram tratadas como “um indivíduo de pouca idade [...] denominado *in fari*, [...] ‘incapaz de falar’ (Kohan, 2008, p. 40).

De alguma maneira, as crianças ainda são percebidas socialmente como um indivíduo invisível devido o adulto achar que deve falar por ele. A palavra infância, desde sua origem, esteve associada a algo sem importância e ausente de capacidade de pensar e estar no mundo. Esse pensamento hegemônico serve de reflexão para os dias atuais “como experiência, como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação” (Kohan, 2007, p. 94).

Ao longo da história, o pensamento sobre a infância passou por várias transformações, outros lugares, e outros discursos. Na idade média a criança era entendida unicamente como membro de uma linhagem como um período transitório que durava pouco tempo até o momento de já serem inseridas aos costumes e as rotinas das pessoas adultas e acabava se tornando um adulto em miniatura (Ariès, 1981).

Nesse período não havia respeito pela infância, pois em nome da honra e moral das famílias, incluindo fatores genéticos e religiosos, o infanticídio era permitido e justificado através dos abortos, partos clandestinos e, entre outros. As crianças não tinham um mundo próprio que pudessem viver com dignidade sua infância, o que havia era apenas a criança considerada somente do ponto de vista biológico. As crianças nesse período sempre existiram, mas não era entendida como categoria social e essa concepção permaneceu até o século XVI. Para Sarmiento (2003), a consciência social da infância como categoria surge no Renascimento, quando as crianças passam a ser

entendidas como pessoas pertencentes a uma categoria que abre espaço para a construção do seu estatuto.

O cotidiano das crianças já não era o mesmo das pessoas adultas, embora ainda tivesse muitas nuances da visão adultocêntrica que não compreendia a criança como *alguém que é e está sendo*. A criança era apenas projeção para a vida adulta [...] nesse período se projetava na criança, o modelo a ser produzido na maturidade. Diante disso, a criança era percebida pelo que lhe faltava, pelas carências que apenas a maturação da idade e da educação poderiam suprir (Peloso, 2009, p. 57-58).

Nessa perspectiva, De Angelo (2008), discorre que a construção do estatuto que configura a infância como categoria social, ganha força devido ter como preconizado na escola e a família que fizeram com que a criança ganhasse espaço e importância perante a sociedade e na vida dos adultos. Sob essa perspectiva é importante promover debates e discussões que coloque em questão as infâncias vividas em diversos lugares. Entre elas estão as crianças do campo, sujeitos históricos, sociais e de direitos, que vivem no campo e em diferentes contextos.

### **A Educação Infantil do/no campo: uma realidade amazônica marcada por luta de ser e estar no mundo**

As infâncias do/no campo evidenciam várias realidades devido a cultura de cada lugar. Ela se constitui “como uma luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas no seu nome [...] a educação do campo é dos camponeses, expressão legítima da pedagogia do oprimido” (Caldart, 2012, p. 26). O campo é um lugar de luta pela terra, pelo rio, pela floresta. É o lugar onde as crianças vivem e fazem parte das suas comunidades.

Mas quem são essas crianças? De acordo com as DCNEIs essas crianças “são sujeitos históricos e de direitos, que nas suas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva [...] constrói sentidos, sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (Brasil, 2010, p. 12). Em sua trajetória infantil, a maioria integra ao movimento de trabalhadores do campo junto a sua família e marcam suas vivências pelas realidades de ser e estar no mundo.

A Educação Infantil do e no campo, inclui a diversidade de infâncias, povos tradicionais que vivem nos territórios rurais do Brasil. Em reconhecimento a essa etapa da Educação básica, a resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece diretrizes e normas e princípios para a educação básica no campo, define as populações

rurais como agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária e outros.

A população ribeirinha são os povos tradicionais da Amazônia que tem representatividade e fazem o uso de seu lugar de vida e mantêm uma relação de proximidade com a natureza. Para Benchimol (2009, p. 33), os ribeirinhos são “[...] povos dos baixos rios e do beiradão [...], sobrevive em todos os pequenos sítios, povoados, vilarejos e cidades que se estabeleceram ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes”. Apesar de estarem distantes da área urbana, não podemos pensar os povos tradicionais ribeirinhos como um povo isolado, mas como sujeitos que interagem com as dinâmicas de outros lugares.

[...] os povos da Amazonia, não vivem isolados no tempo e no espaço [...] sempre estabelecem [...] relações de troca matérias e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas [...] suas manifestações culturais e sociais se expandem pelo mundo urbano e vice-versa, assimilando algumas práticas e rejeitando outras (Fraxe; Witkoski; Miguez, 2009, p. 30).

É importante saber que a escola é o local onde a vida coletiva favorece as interações da criança, pois no entendimento de Caldart (2003), ela tem o poder de formar os sujeitos capazes de transformar a realidade ao seu redor. A escola do campo não é diferente, possui suas especificidades, mas não é uma escola qualquer, é um espaço de ideias e está em constante movimento. Logo, a relação entre o campo e a escola é indissociável porque ela “não move o campo, mas o campo não se move sem a escola” (Caldart, 2003, p. 64).

A BNCC, como um documento normativo, enxerga essas especificidades das escolas do campo, onde as crianças estão inseridas, e reitera nas propostas pedagógicas das escolas do campo que haja respeito às diferenças e o direito à igualdade, contemplando a diversidade do campo em todos em seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (Brasil, 2008c).

Portanto, vale ressaltar a importância da inserção dessas particularidades amazônicas inseridas na realidade do campo, considerando-se a diversidade de experiências e modos de organização curriculares, assim como a constituição dos povos do campo e das infâncias ali presentes com o intuito de fortalecer as identidades coletivas e os diversos saberes dos povos do campo articulada às comunidades ali existentes.

## A Educação Infantil do Campo e sua proposta pedagógica

As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

A proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educadas e cuidadas. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar. De acordo com as DCNs (2010), as propostas pedagógicas respeitam princípios éticos, políticos e estéticos.

Esses princípios são a garantia do padrão de qualidade na educação devido estar em todo momento na Leis Diretrizes e Bases da Educação, na Base Nacional Curricular e em todos os documentos norteadores da educação. Eles podem possibilitar o pleno desenvolvimento do estudante e orientar todo trabalho pedagógico.

Na educação Infantil, esses princípios respeitam e valorizam a autonomia do estudante, o ambiente que ele vive, sua cultura, criando nele a sensibilidade, a ludicidade e a criatividade, bem como garantindo os direitos e os deveres das crianças como cidadão do mundo.

As propostas pedagógicas da Educação Infantil apontadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil aproximam as crianças das outras, abrindo muitas possibilidades de um diálogo dissociável entre as infâncias vividas em meio aos agricultores, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras e outros povos da floresta (DCNEI, 2010).

## PROPOSTA PEDAGÓGICA E AS INFÂNCIAS DO CAMPO

As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

- Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;
- Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;
- Flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;
- Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;
- Prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Não podemos falar de Educação do Campo sem atentar também a uma proposta para as crianças indígenas que vivem no campo. Para essa educação, segundo as DCNEIs (2010), a proposta garante a autonomia na escolha dos modos de educação das crianças de 0 a 5 anos de idade. Os povos indígenas têm o direito constitucional de desenvolver em seus territórios projetos educacionais e práticas pedagógicas de ensino intercultural e bilíngue, pois as propostas pedagógicas devem levar em consideração os espaços para a organização de suas ações.

Então, construir uma proposta pedagógica implica a opção por uma organização curricular que seja um elemento mediador fundamental entre a realidade cotidiana das crianças. Nesta perspectiva, as diretrizes curriculares para a educação infantil falam que as instituições de educação infantil devem garantir sua função sociopolítica e pedagógica. Oferecer condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais, assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado com as crianças e com as famílias.

Para construir uma proposta pedagógica para educação infantil do campo, precisa ser levado em conta o contexto e a cultura no qual a criança está inserida. Nessa perspectiva as DCNEIs (2010) apontam uma proposta direcionada para o trabalho com as crianças indígenas que devam:

- Proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;
- Reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;
- Dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas socioculturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;
- Adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena;
- Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais.

A Base Nacional Comum Curricular-BNCC, como documento normativo, destaca a necessidade de superação de um currículo estruturado em que “o dia do índio” era trabalho apenas em datas comemorativas. Atualmente, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento contidos nesta Lei precisam ser alcançada com cada faixa etária a partir de interações e brincadeiras da cultura infantil e do olhar do professor pesquisador, dando a possibilidade de expandir a pesquisa e imersão nos saberes dos povos originários para levar experiências significativas aos pequenos.

No Estado do Amazonas, a partir da aprovação e homologação da Base Nacional, foi construído o Referencial Curricular Amazonense- RCA voltado às especificidades amazônicas que aproximam as realidades das infâncias, principalmente as que moram em comunidades tradicionais do Amazonas.

## **O Referencial Curricular Amazonense - RCA, aproximando as infâncias**

O Referencial Curricular Amazonense para a Educação Infantil é resultado de encontros formativos entre professores, pesquisadores, coordenadores estaduais e municipais, articuladores do interior e da capital, analista de gestão, coordenadores de etapas, redatores e colaboradores. Todos movidos com o objetivo que culminou na construção de um documento que contemplasse a realidade de cada município, respeitando sua cultura e singularidade.

O documento foi construído por uma equipe multidisciplinar de professores da Educação Básica das redes estadual e municipal, formada a partir da instituição da Comissão Estadual de Implementação da BNCC no Amazonas, Portaria nº 242/2018,

Diário Oficial do Estado, 21 de fevereiro de 2019. A construção do Referencial contou com o suporte do Programa de Apoio à Implementação da BNCC, Portaria nº 331 MEC, de 05 de abril de 2018, por meio da promoção de conferência *on-line* temáticas e encontros formativos em Brasília. Contou também com o apoio de dezenas de colaboradores e leitores críticos especialistas, que ofereceram seu olhar técnico à construção desse Referencial.

Dentre as instituições parceiras, destacam-se: a Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC/AM) e a Secretaria Municipal de Educação de Manaus, o Conselho Estadual do Amazonas- CEE/AM, e União Nacional dos Conselhos Municipais do Amazonas (UNCME/AM), o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado do Estado do Amazonas (SINEP/AM). O Fórum da Educação Escolar Indígena do Amazonas (FOREEIA), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Cumpramos ressaltar que os prefeitos e secretários municipais de educação de todos os 62 municípios assinaram o termo de cooperação à construção deste documento, dando legitimidade democrática ao regime de colaboração firmado.

O Referencial Curricular Amazonense para a Educação Infantil carrega em sua construção os desafios de pensar uma educação emancipadora para os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, sujeitos de direitos, desde o nascimento e que aprendem e se desenvolvem nas múltiplas relações que se estabelecem com a cultura. O documento discorre também sobre outros assuntos pertinentes a esta etapa que inicia a vida escolar das crianças, entre eles estão:

- Atual Marco regulatório da Educação Infantil;
- A trajetória metodológica para a construção do Referencial;
- Concepção de criança protagonista do seu fazer;
- Concepção de currículo;
- Princípios éticos, políticos e estéticos na Educação Infantil;
- Práticas do Educar e Cuidar;
- Direitos de aprendizagem;
- Planejamento e Avaliação na Educação Infantil.

A construção do Referencial Curricular Amazonense para Educação Infantil é um marco na história da Educação no Amazonas por ser um trabalho que apresenta

perspectivas desafiadoras, é rico em experiências que alargam o repertório de saberes das crianças em um diálogo que aproxima as necessidades de aprendizagens e desenvolvimentos das crianças das instituições amazonenses por uma educação emancipadora.

## A INTERAÇÃO DAS CRIANÇAS COM A NATUREZA

A interação da criança com a natureza é um tema de extrema relevância na atualidade, muitas crianças têm se afastado cada vez mais do ambiente natural. No entanto, estudos têm demonstrado que essa conexão com a natureza é essencial para o desenvolvimento saudável e integral das crianças.

A natureza oferece um vasto campo de estímulos sensoriais, proporcionando experiências únicas que contribuem para o desenvolvimento no campo da cognição, da emoção, do físico e no social das crianças. O contato com o ar livre, a exploração de espaços naturais, a observação de plantas e animais, o toque da terra e a sensação do vento, são elementos que despertam a curiosidade, estimulam a criatividade e promovem o aprendizado de forma lúdica e prazerosa.

Para além de todo benefício listado anteriormente, a interação com a natureza incentiva no cuidado e no respeito ao meio ambiente, despertando nas crianças uma consciência ecológica desde os primeiros anos de vida. Ao vivenciar a natureza, elas desenvolvem um senso de responsabilidade e conexão com o planeta, tornando-se cidadãos atuantes na preservação do meio ambiente.

Diante disso, é fundamental que pais, educadores e a sociedade como um todo reconheçam a importância de proporcionar experiências de interação com a natureza às crianças. Isso pode ser feito por meio de atividades ao ar livre, brincadeiras em espaços naturais, jardinagem, exploração de parques e áreas verdes, entre outras possibilidades.

Na zona rural e no contexto do campo, a interação da criança com a natureza ocupa um papel ainda mais significativo, pois a interação com ambiente e natureza não cessa na escola, acompanha o aluno em seu entorno e em casa. Nesse contexto, as crianças têm a oportunidade de vivenciar de forma mais intensa e próxima os elementos naturais que cercam seu dia a dia. Desde cedo, elas são expostas a paisagens deslumbrantes, animais de criação, cultivo de alimentos e a uma série de atividades típicas do meio rural.

Essa imersão na natureza rural proporciona uma riqueza de experiências e aprendizados únicos. As crianças têm a oportunidade de observar de perto os ciclos

naturais, compreender os processos de plantio e colheita, aprender sobre os diferentes tipos de animais e suas características, além de proporcionar um contato direto com os recursos naturais disponíveis.

Ao brincar e explorar os espaços naturais da zona rural, as crianças desenvolvem habilidades motoras, aprimoram sua percepção sensorial e ampliam seu repertório de conhecimentos sobre o meio ambiente. Elas aprendem a respeitar a natureza, compreendendo a importância da preservação e da utilização consciente dos recursos naturais.

Além disso, a interação com a natureza na zona rural promove o fortalecimento dos laços comunitários. As crianças participam de atividades coletivas, como plantio em hortas comunitárias, festividades rurais e cuidados com animais, criando um senso de pertencimento e de valorização das tradições locais.

No entanto, é importante ressaltar que, mesmo na zona rural, é necessário promover um equilíbrio entre o contato com a natureza e o acesso à tecnologia e aos recursos digitais. Embora essas ferramentas possam oferecer oportunidades de aprendizado, é fundamental garantir que as crianças tenham tempo para vivenciar as experiências ao ar livre, explorando a riqueza do ambiente natural que as rodeia.

Dessa forma, valorizar e incentivar a interação da criança com a natureza na zona rural é um caminho para promover um desenvolvimento saudável, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a formação de sujeitos conscientes e responsáveis pelo meio ambiente. Neste sentido, aos pais, educadores e a sociedade em geral cabe reconhecerem o valor dessas experiências e proporcionarem oportunidades enriquecedoras que promovam o contato direto e a conexão das crianças com a natureza rural.

O contato com a natureza na infância está previsto em vários documentos oficiais como:

- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010)

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) de 2010 estabelecem orientações para a organização e o desenvolvimento dos currículos na educação infantil no Brasil. Embora o documento não aborda especificamente a interação das crianças com a natureza, ele enfatiza a importância de um currículo que promova experiências diversificadas e significativas.

O documento destaca que o currículo da educação infantil deve ser organizado de forma a promover o desenvolvimento das crianças, abrangendo dimensões físicas, afetivas, sociais e cognitivas.

Com base nessas orientações, é aconselhável que as instituições de ensino infantil proporcionem possibilidades para que as crianças investiguem e interajam com o ambiente natural. Isso pode englobar experiências ao ar livre, como excursões, exploração de ambientes naturais, contato com flora e fauna, bem como jogos e atividades lúdicas que enaltece a natureza.

Dessa forma, a interação com a natureza é considerada um recurso pedagógico relevante para a educação infantil, proporcionando às crianças experiências sensoriais, despertando sua curiosidade, estimulando a imaginação e fomentando o cuidado e o respeito pelo meio ambiente.

É importante ressaltar que as DCNEI estabelecem diretrizes gerais, e a implementação dessas orientações pode variar de acordo com o contexto específico de cada instituição de educação infantil. Portanto, é fundamental que as equipes pedagógicas e gestoras realizem uma adaptação das diretrizes às realidades locais, considerando recursos, espaços e parcerias disponíveis para promover a interação das crianças com a natureza de maneira segura e significativa.

- Base Nacional Curricular Comum para Educação Infantil (2018)

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) de 2018, a interação com o meio ambiente e a natureza é considerada um dos eixos fundamentais da educação infantil. O documento destaca a importância de proporcionar experiências significativas de exploração e contato com o ambiente natural, valorizando a interação das crianças com a natureza.

Adicionalmente, as DCNEI ressaltam a importância de fomentar práticas ao ar livre, como atividades recreativas, entretenimento e investigação do meio ambiente natural, com o propósito de instigar nas crianças um senso de consideração e preservação pela natureza. A interação com o ambiente natural é percebida como um recurso educacional significativo para impulsionar o desenvolvimento integral das crianças, estimulando sua curiosidade, criatividade, imaginação, habilidades físicas, cognitivas e socioemocionais.

As diretrizes também destacam a importância de os profissionais da educação infantil estarem sensibilizados e capacitados para valorizar e incentivar a interação das crianças com a natureza, proporcionando oportunidades de aprendizagem significativas nesse contexto.

Embora as DCNEI não forneçam detalhes específicos sobre como incorporar a interação com a natureza no currículo da educação infantil, elas apontam a importância desse aspecto e fornecem um respaldo conceitual para orientar as práticas educativas nesse sentido.

A educação infantil do/no campo é regulamentada por meio de políticas públicas específicas. Um dos principais documentos que direcionam a educação no campo é a Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Essa resolução reconhece as especificidades e necessidades das populações rurais e estabelece diretrizes para a organização curricular, a formação de professores, a gestão escolar, a infraestrutura, entre outros aspectos relacionados à educação no campo. O objetivo é garantir uma educação de qualidade que considere a realidade e a cultura dos estudantes que vivem em áreas rurais.

Além disso, também é relevante mencionar a Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece a educação como um direito de todos e determina a obrigatoriedade da oferta de educação básica para as populações rurais, bem como a valorização da diversidade cultural e étnica presentes no campo.

## **A interação da criança com a natureza: explorando os benefícios e possibilidades**

A situação da educação infantil no campo é um tema de grande relevância e merece uma análise cuidadosa. As crianças residentes nessas áreas ainda enfrentam sérios desafios, sendo atendidas de forma precária e com uma qualidade de ensino que não leva em consideração as especificidades. Além disso, a ausência de creches situadas no campo é uma realidade vivenciada em todo o Brasil.

Diante desse cenário, é crucial compreender e discutir as questões que afetam a educação das crianças rurais, buscando alternativas e soluções que possam garantir uma educação de qualidade e adequada às suas necessidades.

Desde o início de seu processo de escolarização, a criança demonstra um grande interesse pelos fenômenos naturais e pela busca de explicações sobre como e por que as coisas são do jeito que são. Nesse sentido, as aulas devem ser projetadas de forma a abordar o contexto de maneira a estimular a busca por respostas e cultivar a curiosidade.

De acordo com as autoras Krasilchik e Marandino (2004), existe um consenso de que a abordagem de temas e tópicos relacionados às ciências da vida e da natureza tem o potencial de desenvolver nos alunos conhecimentos para solucionar problemas, analisar informações e tomar decisões, preparando-os para a vida.

Como afirmou Richard Louv em seu livro 'A Última Criança na Natureza': 'Quanto mais tecnologicamente avançados nos tornamos, mais necessidade temos de uma conexão direta com a natureza. A exposição regular à natureza pode melhorar a saúde física e mental, estimular a criatividade, desenvolver habilidades de resolução de problemas e nutrir um senso de maravilha e conexão com o mundo natural. O autor destaca a importância do contato com a natureza para o desenvolvimento integral das crianças, enfatizando os benefícios para sua saúde, bem-estar emocional, criatividade e habilidades cognitivas.

A Educação Infantil é um direito assegurado a todas as crianças até os cinco anos de idade, tanto em áreas urbanas como rurais. A legislação brasileira, incluindo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece a obrigação do Estado de fornecer atendimento em creches e pré-escolas (Brasil, 2002, 2008).

No caso das populações rurais, as leis e diretrizes nacionais destacam a necessidade de oferecer atendimento em creches e pré-escolas nas áreas rurais, levando em consideração as características socioculturais, econômicas, étnicas e ambientais das comunidades (Brasil, 2002, 2008).

Para uma educação infantil de qualidade social, é fundamental considerar a infância como um período para vivenciar experiências e reconhecer a criança como produtora de cultura, influenciada pelas relações com a natureza, pessoas, objetos, fatos e conhecimentos diversos. Isso requer práticas pedagógicas que vão além da abordagem tradicional e priorizem o desenvolvimento, aprendizagem e construção do conhecimento e cultura da criança.

Muitas escolas do campo enfrentam desafios, como salas multisseriadas localizadas em áreas remotas e distantes dos centros urbanos. Nessas salas, os professores lidam com alunos de diferentes idades, gêneros e níveis de conhecimento,

buscando atender a todos de forma igual, independentemente do seu nível individual (Hage, 2011).

Essas dificuldades incluem o planejamento pedagógico, a utilização de livros didáticos muitas vezes desatualizados e que não refletem a realidade das populações do campo. Além disso, é comum encontrar a realidade da unicência, em que um único professor assume múltiplas funções, como ensinar, dirigir a escola, preparar a merenda e realizar a limpeza (Souza; Germinari, 2017).

O modelo de ensino baseado na seriação, adotado por muitos professores do campo, apresenta desafios adicionais. Eles precisam elaborar planos de ensino e estratégias de avaliação específicas para cada série com a qual trabalham, mesmo que isso envolva lidar com estudantes de diferentes níveis, como pré-escola e ensino fundamental simultaneamente (Hage, 2011).

Esse modelo de ensino acaba fragmentando o espaço, o tempo e o conhecimento, negligenciando a diversidade dos indivíduos que vivem no campo. Para superar essas barreiras, é necessário repensar o formato de seriação e buscar um trabalho pedagógico que promova o desenvolvimento, a aprendizagem e a apropriação do conhecimento dentro da cultura do aluno.

## **Benefícios da Interação da Criança com a Natureza**

Explorar a natureza traz uma série de vantagens para o desenvolvimento da criança, englobando aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais. Nesta seção, vamos mergulhar no mundo da criatividade, imaginação e pensamento crítico, estimulados pelo contato com a natureza. Vamos destacar os benefícios e oportunidades que surgem quando crianças e natureza se encontram.

Assim como uma borboleta desabrocha suas asas e explora o horizonte, a criança, ao perceber e interagir com o ambiente, expande seus limites de compreensão. Estudos realizados por Chawla (2002) e Tuan (1978) revelam a incrível capacidade da criança de desvendar os diferentes níveis e complexidades que compõem a paisagem ao seu redor. Cada descoberta é como um novo pincel em sua paleta, pintando uma imagem mais vívida e profunda de sua experiência no mundo. A seguir, apresentamos alguns dos benefícios da interação entre crianças e natureza:

**Desenvolvimento cognitivo:** O contato com a natureza estimula a curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais.

**Desenvolvimento físico e motor:** O ambiente natural oferece estímulos sensoriais e oportunidades para o movimento, contribuindo para o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio e força muscular.

**Bem-estar emocional:** Estar em contato com a natureza reduz o estresse e a ansiedade, proporcionando uma sensação de calma e relaxamento.

**Conexão com o meio ambiente:** A educação na natureza desenvolve uma relação significativa com o mundo natural, promovendo a valorização e o respeito pela natureza desde cedo.

**Aprendizagem holística:** A natureza oferece um ambiente interconectado que permite a exploração de diferentes áreas de conhecimento, possibilitando uma aprendizagem integrada e significativa.

**Sensibilização e consciência ambiental:** A educação desperta a consciência ambiental, transmitindo conhecimentos sobre a importância da natureza e incentivando práticas sustentáveis.

**Estímulo à saúde física e mental:** O contato com a natureza melhora a saúde física e mental, reduzindo o estresse e promovendo o bem-estar geral das crianças.

**Desenvolvimento de habilidades socioemocionais:** A interação com a natureza favorece o crescimento das habilidades socioemocionais, como respeito, empatia, colaboração e pensamento crítico.

**Estímulo à curiosidade e exploração:** A educação incentiva a curiosidade natural das crianças e promove a exploração do ambiente natural, estabelecendo uma conexão afetiva e cognitiva com a natureza.

## O VALOR DO BRINCAR E DO APRENDER COM A – E - NA - NATUREZA

A educação e a interação da criança com a natureza são essenciais para um desenvolvimento saudável. Por meio da educação, é possível despertar o interesse, cuidado e consciência ambiental, estabelecendo uma conexão positiva com o meio natural.

Atividades como apreciar a beleza das flores, brincar na chuva, cultivar uma horta e criar esculturas com galhos oferecem experiências significativas que expõem a criança à beleza e ao mistério da vida. Ao mesmo tempo, a complexidade e interdependência da

natureza ajudam a criança a entender a importância desses valores na sua ação no mundo e nas relações sociais.

## ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A INTERAÇÃO COM A NATUREZA

Apresentação de estratégias práticas para incentivar a interação da criança com a natureza, como atividades ao ar livre, exploração de espaços naturais e contato com animais. Sugestões de parcerias com a comunidade local e projetos de educação ambiental.

As escolas do campo no estado do Amazonas estão inseridas em um contexto rico em fenômenos naturais e sociais, com uma diversidade de fauna, flora e hidrografia. Por isso, é crucial que as práticas pedagógicas proporcionem às crianças experiências de aprendizado significativas por meio de passeios e aulas que explorem o ambiente em que vivem. É importante compreender que as oportunidades de aprendizado se manifestam em diferentes espaços de convivência das crianças

**Uso de desenho para percepção ambiental:** O uso do desenho como ferramenta de análise revela a fascinante percepção das crianças em relação aos ambientes naturais. Pesquisas indicam que a percepção ambiental se expande e melhora à medida que a criança cresce e se desenvolve física, psicológica e cognitivamente. O estudo de Barraza, Ahumada e Ceja-Adame (2006) destaca o poder transformador do crescimento, onde a compreensão do ambiente adquire dimensões mais amplas e intrigantes. Cada traço no desenho é como uma janela para uma nova perspectiva.

**Aula - passeio:** Na Educação Infantil, as experiências proporcionam às crianças a oportunidade de ampliar seu conhecimento sobre o mundo físico e sociocultural, buscando respostas para suas curiosidades e questionamentos. É importante valorizar as vivências e saberes dos povos rurais na Educação Infantil do Campo, e a aula-passeio é uma prática pedagógica adequada, abrangendo diversos campos de experiência. As áreas rurais oferecem um ambiente educacional privilegiado devido à sua riqueza e biodiversidade, permitindo que as crianças explorem e apreciem espaços fora das salas de aula.

A aula-passeio no ambiente natural e social do campo promove autonomia, descoberta de habilidades e ampliação do campo de curiosidade e investigação. Além disso, incentiva a interação, a cooperação e o desenvolvimento de valores sociais. Atividades simples, como a observação e classificação de insetos, ou brincadeiras na caixa de areia, proporcionam à criança conhecimento por meio da experiência prática.

**Plantio de sementes:** Realize uma atividade de plantio de sementes, ensinando as crianças sobre o ciclo de vida das plantas e a importância de cuidar do meio ambiente.

**Caça ao tesouro na natureza:** Crie uma caça ao tesouro com pistas relacionadas à natureza, incentivando as crianças a explorarem e descobrirem diferentes elementos naturais.

**Arte com elementos naturais:** Promova atividades artísticas utilizando materiais da natureza, como folhas, flores, pedras e galhos, permitindo que as crianças explorem sua criatividade enquanto apreciam os recursos naturais.

**Contação de histórias ao ar livre:** Leve as crianças para um ambiente natural e conte histórias relacionadas à natureza, estimulando a imaginação e o interesse pelo mundo natural.

**Observação de insetos:** Convide as crianças a observarem insetos em seu habitat natural, fornecendo latas e potes para capturá-los temporariamente antes de soltá-los novamente.

**Construção de abrigos para animais:** Promova a construção de abrigos simples utilizando materiais naturais, como galhos, folhas e pedras, incentivando as crianças a criar espaços seguros para os animais.

**Horta ou jardim na escola:** Crie uma pequena horta ou jardim na escola, permitindo que as crianças participem do plantio, cuidado e colheita de vegetais ou flores.

**Jogo de trilhas:** Crie um jogo de trilhas ao ar livre, onde as crianças devem seguir pistas relacionadas à natureza e realizar atividades específicas ao longo do percurso.

**Exploração sensorial na natureza:** Essa atividade prática proporciona aos estudantes de pedagogia uma experiência enriquecedora sobre o uso da natureza como recurso pedagógico na educação infantil. Divididos em grupos, os alunos criam estações sensoriais ao ar livre, explorando os cinco sentidos com elementos naturais.

Após a atividade, compartilham suas experiências e discutem a importância da natureza como recurso educativo. Essas atividades estimulam a curiosidade, criatividade, consciência ambiental e conexão das crianças com o meio natural, promovendo um desenvolvimento holístico saudável.

O contato com a natureza também estimula o desenvolvimento sensorial, motor e cognitivo, incentivando a imaginação e a resolução de problemas. Valorizar essa interação capacita as crianças a se tornarem defensoras do meio ambiente e cuidadoras responsáveis do planeta. Portanto, é essencial proporcionar regularmente

oportunidades de interação com a natureza, seja por meio de atividades ao ar livre, passeios ecológicos ou incorporação de elementos naturais nos espaços educacionais, visando um desenvolvimento integral e sustentável das futuras gerações.

## **Os marcos legais brasileiros e o direito das crianças do campo vivenciarem suas infâncias**

### **BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

A primeira infância era pouco discutida até 1874, mas as necessidades de estudos foram surgindo e com eles os projetos foram se desenvolvendo através de pequenos grupos particulares. A partir do século XX, o tema passou a ganhar relevância nacional, através da fundação de instituições e da criação de leis voltadas para as crianças. A educação básica brasileira é composta por três etapas: A Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, e por último o Ensino Médio.

De acordo com a Lei Nº 9.493/96, a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 05 anos de idade no processo de construção dos seus aspectos cognitivos e socioemocionais bem como proporcionar uma rede de apoio para milhares de famílias que precisam trabalhar em período integral para sustentar as suas famílias (Brasil,1996).

A Educação Infantil nem sempre foi levada em consideração como uma etapa que pudesse desenvolver os aspectos de aprendizagem das crianças. A Lei Nº 4024/61, a primeira LDB, denominava a Educação Infantil como Educação Pré-Primária não obrigatória, destinada às crianças até 06 anos. A obrigatoriedade do ensino iniciava somente a partir dos 07 anos de idade. Na segunda LDB Nº 5.692/71, a Educação Infantil deixou de ser Educação pré-primária e tornou-se Ensino de 1º grau, também não obrigatório. Nesta fase, o ingresso das crianças com menos de sete anos de idade dependerá das normas de cada sistema de ensino (Brasil, 1971)

Com a promulgação da Constituição de 1988, a LDB anterior foi considerada obsoleta, por não apresentar mudanças que pudessem transformar a Educação brasileira. Baseada no princípio do direito universal à educação para todos, a nova LDB Nº 9394/96 trouxe diversas mudanças, e uma delas contempla a inclusão da Educação Infantil, com creches e pré-escolas, como primeira etapa da educação básica (Brasil, 1996). A atual LDB foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da Educação Paulo Renato em 1996; seu relator foi Darcy Ribeiro.

Em 2017, a nova BNCC foi promulgada apresentando sua estrutura geral para as três etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Também esclarece como as aprendizagens estão organizadas em cada uma dessas etapas e explica as diretrizes da primeira etapa que são essenciais para que se possa compreender o processo e a evolução da educação infantil no Brasil.

## A EDUCAÇÃO INFANTIL NA VISÃO DA BNCC

A expressão educação pré-escolar, utilizada no Brasil até a década de 1980, expressava o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, que só teria seu começo no Ensino Fundamental. Situava-se, portanto, fora da educação formal.

A Base Nacional Comum Curricular é um marco legal embasado pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento a colaboração da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

O direito à educação como dever de todos é uma conquista importantíssima para a evolução da educação infantil no Brasil, pois de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 2, torna-se respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. A nova BNCC como marco legal, evidencia os direitos das crianças em seu ambiente de vivências a partir de uma estrutura que assegura seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, explorar, expressar e conhecer-se.

De acordo com o documento orientador, os direitos de aprendizagem são necessários “para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver” (Brasil, 2017, p. 25). Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC também estabelece cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver, são eles: a) O eu, o outro e o nós; b) Corpo, gestos e movimentos; c) Traços, sons, cores e formas; d) Escuta, fala, pensamento e imaginação; e) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

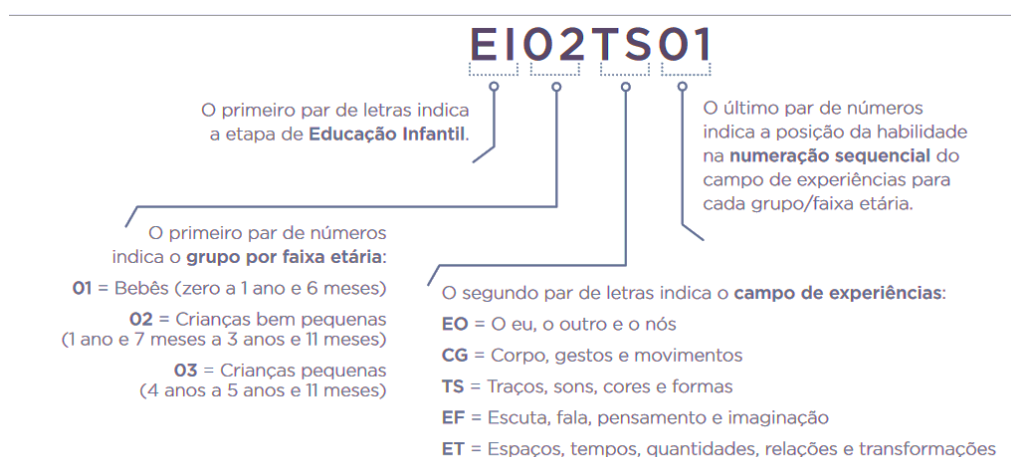
Em cada campo de experiências, são definidos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento organizados em três grupos por faixa etária: Bebês (0-1a6m), Crianças

bem pequenas (1a7m-3a11m), Crianças pequenas (4a-5a11m). De acordo com a BNCC, o quadro de cada campo de experiências se organiza em três colunas.

### CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS”

| OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO                                                  |                                                                                                                            |                                                                                                                                                                           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)                                                               | Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)                                                                | Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)                                                                                                                            |
| <b>(EI01TS01)</b><br>Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. | <b>(EI02TS01)</b><br>Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música. | <b>(EI03TS01)</b><br>Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas. |

Cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento é identificado por um código alfanumérico cuja composição é explicada a seguir:



Diante dos campos de experiências e dos direitos de aprendizagem das crianças da educação infantil, a BNCC reconhece que essas crianças precisam vivenciar suas infâncias. Para que isso aconteça, as instituições de Educação Infantil têm como papel essencial “ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar” (Brasil, 2017).

## BNCC e DCNEI: Diálogos necessários para a Educação Infantil

Em todas as etapas da Educação Básica, a criança é a principal protagonista dos trabalhos de ensino e aprendizagem, dessa forma ela é a razão de ser do ensino

brasileiro. A partir dessa concepção, as várias formas de pensar a Educação Infantil vêm sofrendo grandes transformações. Vejamos o que algumas diferenças nessas formas de pensar:

**RCNEI -CONCEPÇÃO DA CRIANÇA:** O FOCO ESTÁ NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA, MAS ELA AINDA É VISTA COMO ALGUÉM QUE RESPONDE AOS ESTÍMULOS DADOS PELOS ADULTOS

**Objetivo:** Esclarecer o que deve ser ensinado nessa etapa da Educação Básica.

**Como está organizado:** Em eixos, que devem ser considerados de forma integrada: movimento, identidade e autonomia, conhecimento de mundo, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza/sociedade e matemática.

## DCNEI

**Concepção da criança:** Amplia o olhar sobre a criança, considerando as interações sociais como condições essenciais para o aprendizado. Trata a criança com toda complexidade e potência e situa a Educação Infantil em relação ao desenvolvimento de princípios éticos, estéticos e políticos.

**Objetivo:** pensar como garantir o direito de aprender, nessa fase. Ter acesso ao conhecimento cultural, científico e o contato com a natureza, porém, preservando o modo de a criança aprender.

**Como está organizado:** Considera, como eixos estruturantes, a interação e a brincadeira, mas propõe a articulação das diferentes linguagens para a organização curricular e didática

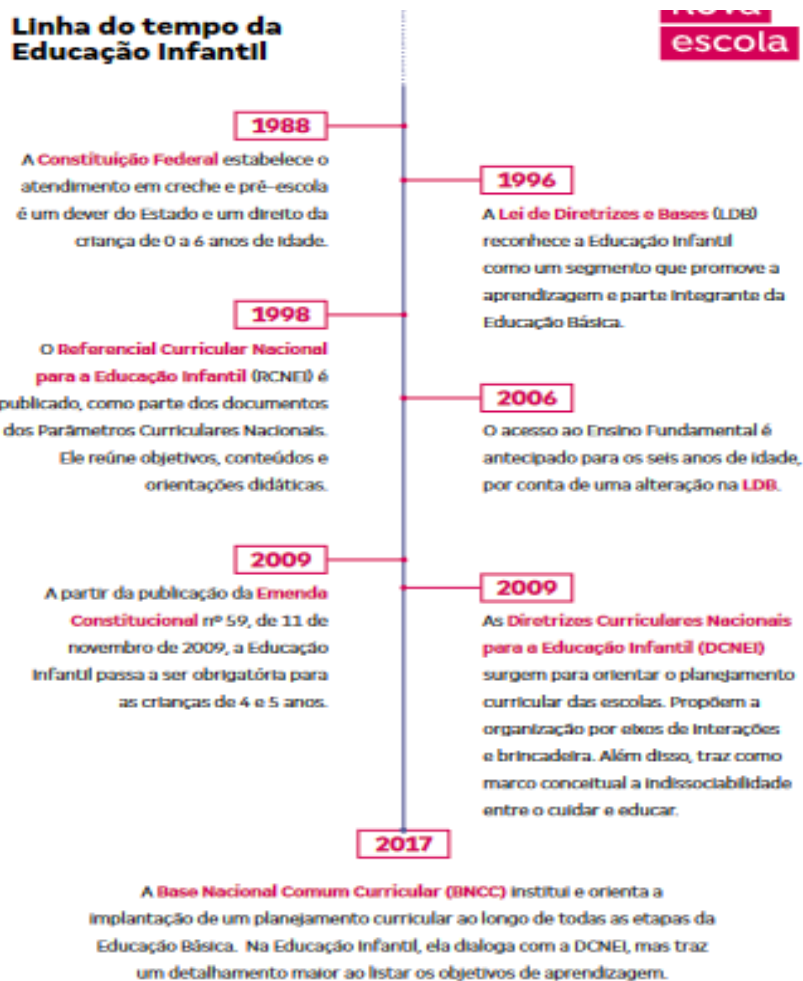
## BNCC

**Concepção da criança:** reforça a visão da criança como protagonista ao destacar que ocorre o processo de criação, interação frente a realidade cultural no contexto da sociedade. No entanto, apresenta suas contradições pela ausência do olhar as diferentes infâncias neste contexto brasileiro diverso.

**Objetivo:** oferecer referências para a construção de um currículo, com base nos direitos de desenvolvimento e aprendizagem

**Como está organizado:** As diversas áreas de conhecimento e as diferentes linguagens são integradas por meio dos Campos de Experiência. Parte-se do pressuposto de que a criança aprende por meio das experiências vividas no contexto escolar

## Principais marcos legislativos da Educação Infantil no Brasil



### EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Conforme demonstram os estudos sobre a história das políticas para a infância, somente na década de 1980 é que se iniciam, de forma mais sistemática, políticas públicas voltadas para os bebês e crianças, sendo que os desdobramentos da intensa mobilização que envolveu diferentes segmentos da sociedade civil podem ser encontrados na Constituição Federal de 1988 (Craidy, 1994). A Constituição Cidadã de 1988 (Brasil, 1988), tornou-se um marco histórico na redefinição doutrinária e no lançamento dos princípios de implementação de novas políticas para a criança de zero a seis anos. No capítulo dedicado aos Direitos Sociais determina:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] Inciso XXV – Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até aos seis anos de idade em creches e pré-escolas (Brasil, 1988).

O contexto histórico da Educação do Campo carrega em si aspectos históricos de lutas contra a exclusão e invisibilidade devido ao modelo de organização da educação brasileira que por muitos anos tem expressado o descaso em relação às reais necessidades dos povos residentes em área rural. Esse fato se agrava especialmente no tange as políticas voltadas ao processo educacional.

Diante deste cenário, a Educação no contexto amazônico também sofre grandes desafios a partir de vários aspectos, entre eles estão os desafios culturais e geográficos. Para Bruce (2016), esses desafios são resultados da ausência de um curso de formação inicial que oriente o professor a trabalhar temáticas que possam dialogar com os saberes das comunidades tradicionais.

Para esta autora, o desafio cultural apresenta a dificuldade do professor quanto à vivência e um ambiente com costumes e modos de vida diferenciados dos que está acostumado e o segundo desafio apresenta os obstáculos naturais que o professor enfrenta para chegar ao seu local de trabalho e reitera que “a travessia do rio quando está agitado é o pior desafio” (Bruce, 2016, p. 2).

Diante deste cenário, surge o Referencial Curricular Amazonense para a Educação Infantil apresentando uma concepção de criança protagonista do seu fazer. Uma concepção que defende que a criança seja vista como sujeito do seu processo de humanização e produtora de cultura, considerando também as diferentes infâncias existentes no seu estado.

Para o Referencial Curricular Amazonense, as políticas públicas para a Educação no/do Campo no Estado do Amazonas vêm seguindo as orientações nacionais, cumprindo com o que está previsto tanto na Constituição Federal de 1988, quanto no Plano Nacional de Educação –PNE/ 2014. Desse modo estabelece o marco principal, conforme dito no Artigo 205 que rege: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Esse marco atende também de modo geral ao que está estabelecido no Estatuto da Criança e do adolescente-ECA, art. 53 que afirma: “A criança e adolescente tem direito

à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Brasil, 1990).

Deve-se organizar cuidadosamente o redimensionamento do atendimento pedagógico a partir da educação infantil, observando as especificidades das turmas multisseriadas. Para Hage (2005), a multisseriação é uma organização muito recorrente nas áreas rurais que consiste em juntar em uma mesma classe, ou sala de aula, turmas diversas. Desse modo pensar a educação infantil neste contexto requer maior atenção em vários aspectos, como a não possibilidade em manter bebês e crianças da educação infantil com as crianças do Ensino Fundamental na mesma turma, “oferecidas nas próprias comunidades rurais, evitando os processos de nucleação de escolas e deslocamentos das crianças” (Brasil, 2008b).

A Educação Infantil do / no campo inclui a diversidade de infâncias, povos e populações que vivem em territórios rurais do país. Reconhecendo essa característica, a Resolução nº 2 (Brasil, 2008c) do CNE que estabelece diretrizes, normas e princípios para a Educação Básica do Campo, define as populações rurais como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária e outros. Para Benchimol (2009, p. 33), esses povos são aqueles que sobrevivem em “pequenos sítios, povoados, vilarejos e cidades, que se estabeleceram ao longo do rio Amazonas e seus afluentes”.

Esses povos das águas e das florestas onde as crianças estão inseridas, apesar de viverem no interior da Amazônia, não se situam totalmente isolados devido interagirem entre si em um processo de heterogeneidade. Para Fraxe, Vitkoski e Miguez (2009, p. 30), esses povos mantêm relações de troca materiais e simbólicas entre si [...] entre o mundo rural e urbano e a vida em escala global. [...] suas manifestações sociais culturais se expandem pelo mundo urbano e vice-versa, assimilando algumas práticas e rejeitando outras”.

É importante saber que na Educação Infantil do/no Campo conhecer o processo de construção da identidade individual e coletiva torna possível o entendimento de uma educação infantil ribeirinha que desenvolva uma visão positiva do grupo ao qual pertence, não se colocando em subalternidade, que valoriza as tradições culturais com seu grupo de referência e que considera o seu espaço como lugar de vida e produção humana (Pasuch; Santos, 2012).

A criança do campo, sujeitos dessa realidade, como toda criança em convívio social, constrói suas imagens nas relações com o seu grupo social. Para Pasuch e Santos

(2012, p. 34), a responsabilidade do professor da educação infantil aumenta quando ele permite que as crianças “conheçam as formas como suas comunidades nomeiam o mundo, festejam, cantam, dançam, contam histórias, produzem e preparam seus alimentos [...]”.

A escola é um lugar de interação onde o professor é o mediador e encaminha o processo de aprendizagem e conhecimento. Uma vez compreendida que essa realidade contribui para esse processo é possível atribuir significados no seu espaço da escola e ressignificação da interação no processo educativo. As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (Brasil, 2008).

É importante ressaltar a importância da inserção dessas particularidades amazônicas inseridas na realidade do Campo, considerando a diversidade de experiências e modos de organização do trabalho pedagógico assim como a história dos povos que ali residem e das infâncias presentes, com o intuito de fortalecer as identidades coletivas e os diversos saberes dos povos do campo.

## PARA REFLETIR

Precisamos nos dar conta de que a Terra é nossa mãe e professora. Então, por que não colocar as crianças dentro do laboratório de vida que é uma horta, para que aprendam com ela?

A importância do contato direto com a natureza na infância e seu impacto no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças do campo. Reflita sobre como essa interação pode influenciar positivamente na formação de valores, na criatividade e na saúde mental das crianças.

## GLOSSÁRIO

**Infâncias do Campo:** Refere-se às experiências de crianças que crescem e vivenciam sua infância em áreas rurais, distantes dos centros urbanos.

**Interação com a Natureza:** O envolvimento ativo e direto das crianças com elementos naturais, como plantas, animais e ambientes ao ar livre, com o objetivo de aprendizado e desenvolvimento.

**Marcos Legais Brasileiros:** Conjunto de leis e regulamentos que estabelecem direitos, responsabilidades e proteções para crianças, neste contexto, as que vivem em áreas rurais.

### VÍDEO

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=m-jUOChZwWA>.

### ATIVIDADE

Elabore um texto: Descreva as diferenças entre a infância no campo e nas cidades.



## **UNIDADE II**

### **A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**



A Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica é uma porta aberta de oportunidade que se abre para garantir os direitos de aprendizagens dos bebês, das crianças bem pequenas e crianças pequenas. De acordo com Brasil (2017), existem três grupos de faixas etárias na Educação Infantil que se organiza da seguinte maneira: os bebês (0 a 18 meses), crianças bem pequenas (12 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Dentro dessas três faixas etárias constroem-se uma organização de planejamento baseado nos campos de aprendizagem entre os professores, que podem ser elaborados a partir de diferentes fatores, a saber: lugar de vida e cultura das crianças, infraestrutura das escolas, desafios geográficos, escola multisseriada, entre outros.

Durante as práticas do planejamento é necessária a organização do tempo, do espaço, dos materiais e o público-alvo (Brasil, 2018). Essa organização faz com que, mais do que nunca, o professor pense na criança, não como aquele que vem pra escola para ocupar um lugar, mas nos faz perceber e nos desafiar a enxergar a criança como sujeito de direitos que acompanham as suas trajetórias de aprendizagem.

A prática do planejamento possibilita a construção de um projeto voltado às interações que possam trabalhar o imaginário das crianças e despertar a curiosidade (Alves, 2004). O momento do espanto e do despertar, pode levar a um produto final que é o direito de aprender. Para Barbosa (2009), a Educação Infantil é um espaço privilegiado de socialização para as crianças da contemporaneidade que possibilitam, cada vez mais, a ocorrência de relações intrageracionais (crianças e seus pares) e intergeracionais (adultos e crianças).

Quando falamos de planejamento temos que entender que o principal papel na Educação infantil é favorecer e oportunizar as condições adequadas para que bebês e crianças possam viver a paixão de conhecer o mundo (Freire, 1983). A criança não pensa como o adulto, ela é diferente, mas não inferior ao adulto. Para a criança qualquer objeto é sinal de encantamento e de investigação. Uma tampa de panela, por exemplo, pode se transformar em um volante de carro, mas para o adulto uma tampa de panela é apenas parte de um objeto.

Se pensarmos dessa maneira o planejamento terá como foco criar todas as condições temporais, espaciais, materiais e relacionais para as crianças possam viver diariamente essa paixão, esse encantamento pelas novas descobertas. E ao planejar esse cotidiano, o professor também precisa se conectar e se reconectar com sua memória de

infância e se transformar no assessor, gestor de sua sala de aula (Almeida, 2020). O planejamento do professor não deve ser aleatório, mas deve garantir uma clara intencionalidade para que o encontro da criança com o mundo ao seu redor possa ser exitoso.

A intencionalidade educativa consiste na:

[...] organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (Brasil, 2018, p. 39).

A proposta da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) apresenta uma intencionalidade humana que se fortalece através do trabalho pedagógico, relacionada com a didática. Freire (1987), em sua concepção humanizadora, entende que desumanizar o ser humano, tolhendo nele seu poder de decidir, caracteriza uma sociedade não democrática, abrindo o caminho para a opressão, que fecha caminhos para os pobres, afastando destes a própria educação, na pronúncia do mundo, enquanto capacidade criticizadora.

Para garantir uma boa intencionalidade no planejamento na Educação Infantil deve-se assegurar aos bebês e crianças, a plena e adequada condições para compreender o mundo, a cultura através de diferentes interações no tempo no espaço, com os objetos com outras crianças e também com os adultos.

Um bom planejamento não exclui a participação dos adultos, pois o papel dos pais e dos professores é fundamental na qualidade daquilo que as crianças viverão na escola da Educação Infantil. Mas isso dependerá do conhecimento, da criatividade, da capacidade dos adultos de respeitar e valorizar as culturas infantis, superando esse excesso de adultos na vida das crianças.

Alguns pontos também devem ser observados para um bom planejamento, a observação e a escuta. Através dessas ações o professor vai produzindo registros de acompanhamento que acabam se tornando materiais ricos e fundamentais para que o professor possa fazer reflexão e encontrar novas possibilidades, novas abordagens de planejamento.

## A importância do planejamento e da rotina na Educação Infantil

Compreendendo o histórico da Educação Infantil, segundo Kramer (2006), sabemos que o objetivo da educação infantil, conforme os direitos das crianças, é o de desenvolvê-las integralmente, no sentido de integrar os cuidados básicos que se exige nesta fase da vida à educação não letrada. Nesse sentido, o seu desenvolvimento é considerado como resultado do processo de aprendizagem, tendo em vista que as experiências vividas pelo sujeito impulsionam seu desenvolvimento.

Dessa forma, entende-se que a interação com o meio e com os outros indivíduos para as crianças são efetivamente importantes e quanto maior a diversidade nas atividades propostas, bem como estimulação do mediador/facilitador mesmo à criança ainda muito pequena, mais rica será a aprendizagem e, portanto, o desenvolvimento infantil.

Considerando imprescindível a participação do adulto como mediador neste processo, compreendemos a função do professor na instituição de educação infantil, que é a de oferecer e apresentar situações diversificadas, a fim de promover um desenvolvimento integral da criança, tanto no sentido físico como psicológico e cognitivo. Com isso, a educação das crianças assume caráter essencial, uma vez que atua como impulsionadora do desenvolvimento infantil. Logo, é fundamental pensar-se em uma educação intencionalmente organizada (Mello, 2010).

O planejamento na Educação Infantil é um momento que possibilita o professor encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança, por isso deve ser uma atividade contínua, onde o professor não somente escolhe os conteúdos a serem passados, mas faz todo um processo de acompanhamento onde diagnosticar os avanços e dificuldades de toda a turma e também de forma individual, já que é fundamental o professor levar em consideração as peculiaridades e as especificidades de cada criança, já que cada uma tem seu modo de agir, pensar e sentir.

Segundo Hoffmann (2001), a organização e planejamento das atividades diárias proporcionam ao professor, a reflexão de suas ações e metodologias, analisando os resultados de seu projeto. De acordo com a RCNEI (1998, p. 196) cabe:

[...] ao professor planejar uma sequência de atividades que possibilite uma aprendizagem significativa para as crianças, nas quais elas possam reconhecer os limites de seus conhecimentos, ampliá-los e/ou reformulá-los;

O professor não somente deve planejar as atividades, mas precisa ter embasamento teórico e científico, pois isso possibilita a compreensão do desenvolvimento infantil, bem como a compreensão de como a formação e educação se dão no período da infância.

Assim, a educação infantil tem o papel de oferecer um espaço de educação em que haja o cuidado, onde as crianças obtenham experiências de aprendizagem que favoreçam o

relacionar com o outro. Por isso, o docente precisa ter uma formação e intencionalidade em suas ações, saber planejar, ter uma organização temporal e espacial, além da rotina em sua sala de aula, a fim de que suas atividades tenham resultados positivos, que as crianças possam interagir, a fim de ir aprimorando seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o planejamento requer a preparação do educador para lidar com diversas situações que possam ocorrer no decorrer de seu dia a dia, estejam previstas ou não. Assim, precisa lidar com as crianças nos diversos momentos de seu cotidiano, sabendo como intervir nos diversos temas que surjam no decorrer das atividades a partir dos interesses das crianças.

[...] o planejamento é uma dimensão didática indispensável no trabalho pedagógico, visando constituir razões e modos de ação para a organização dos processos de ensino e aprendizagem compatíveis com esse pressuposto crítico-progressista de educação (Dias; Severo, 2020, p. 139).

A improvisação, se ocorrer, indica uma “remediação” de dado momento que pode ser de estrutura física da sala, de materiais didáticos ou humano, de tempo ou qualquer que seja a situação; mas a aula nunca poderá ser ao acaso, algo sem um pensamento docente prévio, amoroso e responsável. Tendo-se em vista, que o tempo da criança, suas expectativas e direitos de aprendizagens encontram-se envolvidas no processo de ensinar e aprender.

A arte de planejar envolve objetivos, que devem indicar o para quê/porquê, evidenciando compromisso com os conteúdos a serem estudados. Deve-se abordar como fazer, procedimentos e pensar nos recursos existentes, de que preciso, como também, o espaço, o tempo, quando e onde ensinar e aprender, é importante averiguar se as ações foram adequadas, se mantém como está ou há necessidade de refazer.

A atividade de rotina na Educação Infantil é o primeiro passo para um bom planejamento que irá contribuir para a sensação de confiança e segurança que se cria

entre bebês, crianças e adultos desse novo espaço de vivências. A intencionalidade da professora ou professor em planejar e organizar a rotina deve considerar a curiosidade e o interesse das crianças e criar condições para a participação delas.

Para se pensar uma rotina que atenda às necessidades das crianças, o professor precisa respeitar o ritmo de cada uma delas de acordo com sua faixa etária, no que se refere ao tempo de concentração nas atividades e espaços existentes, tanto nas salas de quanto fora delas (área externa), sem esquecer que nas instituições que funcionam com tempo integral, ocorre uma distribuição diferenciada de horário.

É fundamental que a equipe pedagógica, juntamente com os professores, estabeleça:

- Acordos na distribuição de períodos e dias da semana para o uso dos espaços existentes na unidade de ensino;
- Distribuição dos horários das refeições;
- Das atividades coletivas;
- Do sono ou descanso;
- Troca de fraldas e mamadas;
- E também atividades ou programas que contemplem a participação da família da criança.

A organização do espaço reflete a relação pedagógica estabelecida entre as crianças e os professores. Sempre que necessário, a proposta de formulações da rotina precisa ser considerada, pois enriquece as experiências de aprendizagens dos bebês e crianças. A organização do tempo didático na Educação Infantil, pode ser visualizada no momento da rotina a partir das estratégias didáticas, organizadas em função das intenções educativas podendo ser agrupada em três grandes modalidades: Atividades permanentes, Sequência de atividades e Projetos de trabalho.

A primeira modalidade, atividades permanentes respondem às necessidades básicas de cuidados, aprendizagem e prazer que envolvem as crianças. Consideram-se as atividades permanentes:

- Brincadeira no espaço interno e externo;
- Roda de história lida ou contada;
- Roda de conversa;

- Ateliês, oficinas de desenho, pintura, modelagem, dança e música;
- Atividades diversificadas;
- Cuidados com o corpo.

Para o Brasil (2019), as experiências desenvolvidas com os bebês e crianças nas creches e pré-escolas, definem o tipo de atividades permanentes a serem realizadas com frequência, regular, diária ou semanal.

A modalidade Sequência de atividades são aquelas planejadas e orientadas com o objetivo de promover uma aprendizagem específica e definida. São sequências com intenção de oferecer desafios com graus diferentes de complexidade para que as crianças possam ir desenvolvendo, aos poucos, alguns problemas a partir de diferentes proposições. Essas sequências derivam de um tema, a partir dos campos de experiências e devem estar dentro de um contexto específico.

A terceira modalidade são os Projetos de trabalho que apresentam um conjunto de atividades que trabalham com conhecimentos específicos construídos a partir de um dos eixos de trabalho. Possui uma duração que pode variar conforme o objetivo, o desenrolar de várias etapas, o desejo e o interesse dos bebês e das crianças pelo assunto tratado.

Pensando nos direitos de aprendizagens das crianças e dos bebês em conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, podemos citar atividades diversificadas, as brincadeiras livres e orientadas, as leituras e contações de história, são elas:

- Atividades diversificadas a partir do interesse das crianças, considerando algum fato, objeto ou acontecimento ocorrido;
- Atividade de livre escolha que dá autonomia para as crianças;
- Atividades coletivas que visa desenvolver ações em grupo;
- Atividades de leitura e contação de histórias que podem desenvolver a capacidade de ampliar as experiências, a imaginação, a criação dos pequenos, além de contribuir com a formação psíquica;
- Atividades de cuidados pessoais que estão relacionadas aos cuidados básicos com o corpo.

Um cuidado muito importante que o professor ou a professora precisam ter com a rotina é não torná-la rotineira, ou seja, repetitiva, todo dia a mesma coisa. De acordo

com Alves (2008, p. 21), “a tarefa do professor é a mesma da cozinheira: antes de dar a faca e o queijo ao aluno, provar a fome [...]”, ou seja, oferecer todo dia um alimento delicioso para que elas sintam o desejo de comer. Alves (2008) salienta que o planejamento, quando levado a sério, oferece atividades que permitem às crianças sentirem-se em um espaço alegre, apaixonante e feliz.

## **O que não pode faltar no Planejamento da Educação Infantil?**

O planejamento da educação infantil é muito importante e um desafio para alguns profissionais, pois as crianças precisam de muita criatividade para conseguir focar no que está sendo abordado em sala de aula. É essencial salientar que o planejamento da educação infantil deve ser elaborado de forma eficiente e que engloba o contexto da sala de aula e principalmente a realidade e o interesse do aluno. Mas, o que de fato, não pode faltar no planejamento da educação infantil para que os objetivos sejam conquistados?

Algumas instituições de ensino organizam seus planejamentos juntamente com os professores e acabam apenas construindo uma estrutura de temas com um cronograma de datas e períodos para que os assuntos possam ser estudados. De acordo com Araújo (2010), o planejamento não pode ser compreendido somente como uma ficha preenchida formalmente ou uma lista do que se pretende fazer na sala de aula. O planejamento é mais do que um papel preenchido, mas um posicionamento crítico do professor voltado para ações e vivências no dia a dia do trabalho pedagógico.

Planejar é: Elaborar – decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e que tipo de ação educacional é necessária para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir essa distância e para contribuir mais para o resultado final estabelecido; Executar – agir em conformidade com o que foi proposto; e Avaliar – revisar sempre cada um desses momentos e cada uma das ações, bem como cada um dos documentos deles derivados (Gandin, 1983, p. 23).

O planejamento do professor é essencial para que os docentes e alunos desenvolvam uma aprendizagem significativa. É importante também que o planejamento da educação infantil seja pensado de acordo com os objetivos e a realidade do aluno. Logo, durante o planejamento é importante abordar o processo de reflexão sobre os desafios da educação escolar no processo ensino-aprendizagem. Sendo assim, o planejamento em si, deve abranger a elaboração, execução e avaliação de planos de ensino.

Segundo Gandin (1983),

Atualmente, planejar é traçar, delinear, programar, elaborar um roteiro na tentativa de desenvolver conhecimentos, de interação, de experiências múltiplas e significativas para com os alunos. Por isso não é algo que se encontre pronto, como uma receita. Ao contrário, o planejamento é flexível e, como tal, permite ao educador repensar, revisando e buscando novos significados para sua prática pedagógica (p. 23).

É fundamental não apenas ter a intenção de fazer o planejamento, mas planejar de acordo com os objetivos dos alunos e principalmente considerar a realidade de cada aluno. Por isso, a importância que o planejamento seja voltado unicamente para turma proposta e planejada, pois cada realidade de escola é diferente nos processos de atenção, conflitos e aprendizagem.

Diante disso é preciso considerar alguns pontos importantes para construção de um bom planejamento para educação infantil. Entre eles, estão:

- Ter o entendimento que a criança é o centro do planejamento;
- Proporcionar um planejamento adaptado entre a criança e a intenção do docente;
- Certificar o caráter comunicativo e pedagógico do planejamento da educação infantil;
- O planejamento deve ter experiências reais da vida cotidiana das crianças;
- Certificar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança;
- Identificar no ambiente escolar os campos de experiência em destaque e desenvolver através dos objetivos;
- Entender que os acontecimentos obtidos no contexto educacional são experiências. Sendo assim, necessita ser planejado. Dessa forma, o docente não deve elaborar o planejamento voltado para “achismo”, pois é necessário observar, estudar, pesquisar e planejar;
- É importantíssimo conhecer as crianças para que o planejamento seja efetivo. Observação, escuta, e registro são muito fundamentais durante o planejamento e no decorrer do processo.

Planejar e gerenciar a sala de aula e isso não se aprende na Universidade, é motivo de incertezas que tornou-se tema de muitos debates em vários eventos educacionais espalhados pelo país, pesquisadores e outros profissionais da área, que defendiam o direito das crianças, destinaram seu tempo investindo em trabalhos bibliográficos a fim de demonstrar os inúmeros benefícios do planejamento na organização do cotidiano escolar.

## As crianças e suas interações no espaço escolar

A interação das crianças no espaço escolar é essencial para seu aprendizado e desenvolvimento. Nesse ambiente, elas têm a chance de explorar, descobrir e construir conhecimento, tanto individualmente quanto em colaboração com colegas e professores. O ambiente de aprendizagem vai além das salas de aula e inclui pátios, bibliotecas, laboratórios e áreas de recreação. Esses espaços proporcionam diversas oportunidades para que as crianças participem de experiências significativas e enriquecedoras.

Ao explorar o ambiente de aprendizagem, as crianças podem interagir com diferentes materiais, recursos e tecnologias, que são estrategicamente disponibilizados para promover o desenvolvimento de habilidades na parte cognitiva, no campo das emoções e nas interações sociais. Elas podem experimentar atividades práticas, resolver problemas, trabalhar em equipe, expressar suas ideias e interesses, além de desenvolver a autonomia e a criatividade.

O ambiente de aprendizagem oferece oportunidades para que as crianças tenham uma conexão com a natureza e com seu entorno por meio de projetos educacionais que exploram e trabalham com elementos naturais. Dessa forma, elas desenvolvem consciência ambiental e aprendem sobre preservação e sustentabilidade.

No entanto, é crucial que os educadores criem ambientes acolhedores, estimulantes e inclusivos, atendendo às necessidades individuais e promovendo a diversidade. Estimular o diálogo, a colaboração e o pensamento crítico também é essencial, proporcionando a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento.

Ao explorar o ambiente de aprendizagem de forma envolvente, as crianças desenvolvem habilidades essenciais para sua formação integral, tornando-se protagonistas ativos de seu próprio aprendizado. Investir em espaços escolares que valorizam as interações das crianças é fundamental para oferecer experiências educativas enriquecedoras e transformadoras.

As interações das crianças no espaço escolar desempenham um papel essencial no avanço da cognição, na socialização e na parte emocional, conforme destacado por renomados autores brasileiros. Segundo Vygotsky (1998), as interações sociais são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, enquanto Paulo Freire (1996) ressalta a importância das interações para a construção de relações humanas saudáveis. Ana Beatriz Barbosa Silva (2012) destaca a relevância das interações para o desenvolvimento emocional, e Maria Montessori (2002) ressalta a importância das

interações das crianças com o ambiente escolar. Essas interações promovem o desenvolvimento integral das crianças, construindo conhecimento, habilidades sociais e emocionais, e relações significativas. É fundamental valorizar e promover um ambiente escolar propício para essas interações, reconhecendo sua relevância na formação integral das crianças brasileiras.

## INTERAGINDO COM OS PARES

Diversos autores brasileiros têm abordado amplamente a importância das interações das crianças e o ambiente escolar. Vygotsky ressalta o papel fundamental das interações sociais no desenvolvimento cognitivo, enquanto Paulo Freire destaca sua relevância na formação de cidadãos conscientes, críticos de sua realidade e atuantes nas decisões. Ana Beatriz Barbosa Silva enfatiza como as interações promovem o desenvolvimento emocional e social das crianças. Esses autores reforçam que as interações no ambiente escolar são essenciais para o desenvolvimento integral, abrangendo aspectos cognitivos, sociais e emocionais.

Diversas atividades e estratégias podem ser adotadas para promover as interações entre as crianças e o ambiente escolar. Um exemplo é a realização de projetos colaborativos, nos quais os estudantes trabalham em grupos para desenvolver atividades conjuntas, como pesquisas, apresentações e produções artísticas. Essa abordagem, fundamentada na teoria sociocultural de Vygotsky, permite que as crianças aprendam e construam conhecimento coletivamente, por meio da troca de ideias e da colaboração entre os colegas.

Um exemplo de atividade complementar seria trabalhar com jogos e brincadeiras cooperativas, que incentivam a interação entre os alunos, fomentando o trabalho em equipe, a comunicação e o respeito mútuo. Essa abordagem está alinhada com a visão de Paulo Freire, que enfatiza a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento e na promoção de uma convivência saudável e solidária.

Além disso, práticas como debates, discussões em grupo e trabalhos em duplas também são eficazes para estimular as interações entre os alunos, permitindo que expressem suas opiniões, debatam ideias e desenvolvam habilidades de argumentação. Essas atividades são fundamentadas no conceito de diálogo e na troca de experiências proposta por Freire.

Por fim, é importante destacar a relevância do ambiente físico da escola para favorecer as interações entre os alunos. Espaços de convivência agradáveis, como pátios,

jardins e áreas comuns, podem ser planejados e organizados de forma a estimular o encontro e a interação entre as crianças, fortalecendo os laços sociais e emocionais.

A interação com os professores na educação infantil em espaço escolar desempenha um papel essencial no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Os professores, por meio de suas interações, proporcionam um ambiente seguro, estimulante e afetivo, no qual as crianças são encorajadas a explorar, expressar suas ideias e construir seu conhecimento.

Estudos brasileiros, como o de Oliveira (2018) e Santos (2020), ressaltam a importância da interação professor-aluno na educação infantil, destacando que ela contribui para o desenvolvimento sócio emocional, cognitivo e linguístico das crianças, além de promover a construção de vínculos afetivos e o desenvolvimento de habilidades sociais.

- **Trabalho em equipe:** A importância de desenvolver atividades que estimulem o trabalho em equipe entre as crianças, promovendo a colaboração, a cooperação e o respeito mútuo (Freire, 2006).
- **Brincadeiras cooperativas:** Como promover brincadeiras e jogos cooperativos, nos quais as crianças do campo possam interagir de forma saudável, respeitando as diferenças e valorizando a cooperação (Tunes, 2012).
- **Rodas de conversa e discussões:** Como incentivar a realização de rodas de conversa e discussões, nas quais as crianças possam expressar suas opiniões, ouvir diferentes pontos de vista e construir conhecimento coletivamente (Oliveira; Silveira, 2016).
- **Atividades de parceria:** Como propor atividades em duplas ou grupos pequenos, nas quais as crianças possam interagir e colaborar mutuamente, desenvolvendo habilidades sociais e fortalecendo os laços de amizade (Machado; Medeiros, 2014).
- **Valorização da diversidade:** Como incentivar a valorização da diversidade cultural e étnica das crianças do campo, promovendo a convivência harmoniosa e respeitosa entre todos os pares (Carvalho; Santos, 2017).

## INTERAGINDO COM OS PROFESSORES

A interação entre professor e aluno desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem, pois vai além da simples transmissão de conteúdo. Essa interação envolve a construção de vínculos afetivos e a criação de um ambiente seguro e acolhedor, o que influencia diretamente no desenvolvimento cognitivo, social e

emocional dos estudantes. Autores brasileiros ressaltam a importância dessa relação para o sucesso educacional.

Segundo Emília Ferreira, o professor é um mediador ativo no processo de aprendizagem, que deve estabelecer uma relação de confiança e empatia com os alunos. Essa interação afetiva proporciona um ambiente favorável ao engajamento, ao estímulo da curiosidade e à superação de desafios, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

A autora Helena Antipoff destaca a importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem. Segundo ela, é preciso considerar as necessidades emocionais dos alunos e promover um ambiente de acolhimento, onde se sintam seguros para expressar suas dúvidas, compartilhar experiências e desenvolver sua autonomia. Essa interação professor-aluno baseada na afetividade fortalece os laços entre ambos, facilitando a construção do conhecimento.

Além disso, a obra de Paulo Freire enfatiza a importância da relação dialógica entre professor e aluno. Para Freire, o diálogo é essencial no processo educativo, pois permite a troca de saberes, a valorização das experiências dos estudantes e a construção conjunta do conhecimento. Essa interação horizontal, pautada na escuta ativa e no respeito mútuo, contribui para o desenvolvimento social dos alunos, promovendo a construção de identidades e a formação de cidadãos críticos e participativos.

Portanto, a exploração da importância das interações professor-aluno no processo de aprendizagem evidencia a necessidade de estabelecer uma relação afetiva e acolhedora, promovendo um ambiente seguro onde os estudantes se sintam valorizados e motivados a aprender. Essa abordagem, embasada nas contribuições de autores brasileiros como Emília Ferreira, Helena Antipoff e Paulo Freire, busca não apenas transmitir conhecimento, mas também formar indivíduos integralmente desenvolvidos e conscientes do seu papel na sociedade.

- **Rodas de conversa e discussões em grupo:** Estimular momentos de diálogo e troca de ideias entre os alunos e o professor, promovendo a participação ativa de todos.
- **Trabalho em equipe e projetos colaborativos:** Incentivar atividades que envolvam a colaboração entre os alunos, proporcionando oportunidades para que eles trabalhem em conjunto, compartilhem conhecimentos e aprendam a respeitar as diferenças.

- **Jogos e atividades lúdicas:** Utilizar jogos e brincadeiras como estratégias de ensino, onde o professor possa interagir de forma ativa e participativa com as crianças, promovendo a aprendizagem de maneira prazerosa.
- **Mediação e apoio individualizado:** Oferecer suporte individualizado aos alunos, identificando suas necessidades e dificuldades, e proporcionando orientações e feedbacks constantes.
- **Estabelecimento de normas e regras claras:** Criar um ambiente de respeito mútuo, estabelecendo regras e limites que favoreçam a convivência harmoniosa entre todos.
- **Valorização da diversidade e do diálogo intercultural:** Promover discussões e atividades que abordem a diversidade cultural e valorizem as diferentes perspectivas e experiências dos alunos, estimulando o respeito à pluralidade.
- **Uso de tecnologias educacionais:** Utilizar recursos tecnológicos como ferramentas de apoio para a interação entre professores e alunos, proporcionando novas formas de comunicação e colaboração.

A interação com os professores na educação infantil em espaço escolar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças. Os professores são responsáveis por criar um ambiente acolhedor e estimulante, no qual as crianças se sentem seguras para explorar, aprender e expressar suas ideias. Através dessa interação, os professores podem identificar as necessidades individuais de cada criança, adaptar suas práticas pedagógicas e oferecer suporte adequado.

Além disso, a interação com os professores promove a construção de vínculos afetivos e de confiança, essenciais para o desenvolvimento socioemocional das crianças. Estudos brasileiros, como o de Leite (2015) e Silva (2019), destacam a importância da interação professor-aluno na educação infantil, ressaltando seus impactos positivos no desenvolvimento cognitivo, linguístico e emocional das crianças.

## INTERAGINDO COM O AMBIENTE FÍSICO

A influência do ambiente físico na interação das crianças no espaço escolar é um tema relevante e debatido no contexto educacional. Diversos autores brasileiros têm contribuído com suas pesquisas e reflexões sobre essa temática, oferecendo insights valiosos para compreendermos como o ambiente físico pode impactar as interações entre as crianças.

Um dos autores brasileiros que aborda essa questão é Juarez Dayrell. Em seus estudos sobre sociologia da educação, Dayrell destaca a importância de um ambiente escolar acolhedor e propício para o desenvolvimento das interações entre as crianças. Ele ressalta que a estrutura física das escolas, como a disposição das salas de aula, a existência de espaços de convivência e a qualidade das instalações, pode influenciar diretamente nas relações sociais estabelecidas pelos alunos.

Outro autor relevante nesse contexto é Moacir Gadotti, com sua obra "História das Ideias Pedagógicas no Brasil". Gadotti ressalta que o ambiente físico da escola deve ser pensado de forma a estimular a participação e a interação das crianças. Para ele, espaços que favorecem a colaboração, como cantinhos de estudo em grupo, áreas de recreação e ambientes flexíveis, são essenciais para promover interações significativas entre os alunos, possibilitando o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e o aprendizado coletivo.

Além disso, a autora brasileira Maria Helena Bonilla traz contribuições importantes em sua obra "Arquitetura Escolar: Planejando Espaços de Educação". Ela destaca a necessidade de projetar ambientes que estimulem a criatividade, a autonomia e o bem-estar das crianças. Bonilla defende que escolas com espaços amplos, com iluminação adequada, mobiliário confortável e elementos que valorizem a natureza são propícias para o estabelecimento de interações saudáveis entre os alunos, promovendo o engajamento e a qualidade das relações no ambiente escolar.

Considerando essas perspectivas, compreendemos que o ambiente físico exerce uma influência significativa nas interações das crianças no espaço escolar. Um ambiente bem planejado e acolhedor proporciona condições favoráveis para que as crianças se sintam seguras, estimuladas e engajadas, fortalecendo suas interações sociais e contribuindo para o desenvolvimento integral. Portanto, é fundamental que gestores, educadores e arquitetos escolares considerem a importância desse aspecto ao projetar e criar ambientes educacionais, a fim de proporcionar experiências enriquecedoras e interações positivas entre as crianças.

A interação com o ambiente físico na educação infantil, em espaço escolar, desempenha um papel significativo no desenvolvimento das crianças. O ambiente físico bem planejado e acolhedor proporciona oportunidades para a exploração, o desenvolvimento motor, a criatividade e a imaginação das crianças.

Estudos brasileiros, como o de Barros (2017) e Souza (2019), destacam a importância do ambiente físico na educação infantil, ressaltando que ele deve ser seguro,

estimulante e adequado às necessidades das crianças, com espaços para brincar, explorar, descansar e interagir com materiais diversos.

Essas interações com o ambiente físico promovem o desenvolvimento cognitivo, sócio emocional e sensorial das crianças, contribuindo para uma educação de qualidade na primeira infância. Vejamos a seguir alguns pontos a pensarmos acerca da temática:

- **Ambiente acolhedor e inclusivo:** A importância de criar um ambiente físico escolar acolhedor e inclusivo, que proporcione segurança e conforto para as crianças do campo. (Oliveira; Galianzi, 2013).
- **Espaços multifuncionais:** Como projetar e utilizar espaços físicos multifuncionais, que possam ser adaptados para diferentes atividades educativas e pedagógicas (Ramos; Melo, 2015).
- **Integração com a natureza:** Como integrar o ambiente físico escolar com a natureza, valorizando o espaço verde, promovendo a conscientização ambiental e estimulando o contato direto com o meio natural (Ribeiro; Fonseca, 2016).
- **Utilização de espaços externos:** Como utilizar os espaços externos da escola do campo, como hortas, áreas de cultivo e espaços de convivência ao ar livre, como recursos pedagógicos para aulas práticas e aprendizagem significativa (Medeiros; Santos, 2015).
- **Acessibilidade e adaptação do ambiente:** Como adaptar o ambiente físico escolar para garantir a acessibilidade de todas as crianças do campo, considerando suas necessidades especiais e promovendo a inclusão (Brasil, 2015).

## INTERAGINDO COM MATERIAIS E RECURSOS

A interação com materiais e recursos na educação infantil, em espaço escolar, desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Os materiais e recursos adequados e diversificados permitem que as crianças explorem, experimentem e manipulem objetos de diferentes formas, estimulando o desenvolvimento sensorial, motor e cognitivo.

Estudos brasileiros, como o de Santos (2016) e Silva (2018), destacam a importância dos materiais e recursos na educação infantil, ressaltando que eles devem ser selecionados de forma intencional, considerando as características e interesses das crianças, para promover a curiosidade, a criatividade e a autonomia.

Essa interação com materiais e recursos adequados enriquece as experiências de aprendizagem das crianças, incentivando a exploração, o raciocínio lógico, a expressão artística e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Vejamos a seguir alguns pontos a serem pensados acerca da temática:

- **Utilização de recursos didáticos contextualizados:** A importância de utilizar materiais didáticos que estejam relacionados com a realidade e as vivências das crianças do campo (Santos, 2015).
- **Valorização dos saberes locais:** Como os materiais e recursos escolares podem ser utilizados para valorizar os saberes e conhecimentos tradicionais presentes nas comunidades rurais (Carvalho; Oliveira, 2018).
- **Integração da natureza nos materiais pedagógicos:** Como incorporar elementos naturais nos materiais pedagógicos, como plantas, sementes e animais, para estimular a interação com a natureza (Medeiros, 2016).
- **Uso de tecnologias adequadas ao contexto rural:** Explorar o uso de tecnologias adequadas ao contexto do campo, como dispositivos móveis e recursos audiovisuais, para enriquecer a aprendizagem das crianças (Krumm; Ribeiro, 2015).
- **Criação de materiais pedagógicos coletivos:** Como envolver os estudantes na criação e produção de materiais pedagógicos, estimulando a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento (Molina, 2018).

## INTERAGINDO COM O CURRÍCULO

A interação com o currículo na educação infantil, em espaço escolar, desempenha um papel essencial no processo educativo das crianças. O currículo adequado e bem estruturado proporciona oportunidades para que as crianças desenvolvam suas habilidades cognitivas, linguísticas, sociais e emocionais de maneira integrada.

Estudos brasileiros, como o de Freitas (2017) e Lima (2020), destacam a importância do currículo na educação infantil, ressaltando que ele deve ser flexível, abrangente e considerar as características e interesses das crianças, permitindo que elas participem ativamente das atividades de aprendizagem.

Essa interação com o currículo promove o engajamento, a construção do conhecimento e o desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para uma educação infantil de qualidade. Vejamos a seguir alguns pontos a serem pensados acerca da temática:

- **Currículo contextualizado:** A importância de desenvolver um currículo que esteja relacionado com a realidade e as vivências das crianças do campo (Arroyo, 2008).
- **Valorização dos saberes locais:** Como o currículo pode ser estruturado para valorizar os saberes e conhecimentos tradicionais presentes nas comunidades rurais (Caldart, 2004).
- **Integração da educação ambiental:** Como incorporar a educação ambiental de forma transversal ao currículo, estimulando a conscientização e a preservação do meio ambiente (Guimarães, 2004).
- **Inclusão da educação agroecológica:** Como incluir a educação agroecológica no currículo, promovendo práticas sustentáveis de agricultura e valorizando a relação harmoniosa com o meio rural (Caporal; Costabeber, 2004).
- **Interdisciplinaridade e projetos integradores:** Promover a interdisciplinaridade e desenvolver projetos integradores que conectam diferentes áreas do conhecimento, estimulando uma aprendizagem significativa e contextualizada (Freire, 2000).

Em suma, a ênfase na importância das interações das crianças no ambiente escolar para seu desenvolvimento integral é fundamental. Através das interações com seus pares, professores, ambiente físico, materiais e recursos, bem como o currículo, as crianças têm a oportunidade de explorar, experimentar, aprender e crescer em todas as dimensões de seu desenvolvimento.

Ao valorizar e fomentar essas interações no ambiente escolar, estamos contribuindo para que as crianças se tornem indivíduos mais completos, capazes de enfrentar desafios, resolver problemas e se tornar cidadãos ativos e participantes de sua comunidade. É crucial reconhecer a importância dessas interações e investir em ambientes educacionais que as promovam, garantindo assim o desenvolvimento integral das crianças.

## Ação docente nas creches e escolas

A ação docente nas creches e escolas do campo desempenha um papel fundamental na busca por uma educação de qualidade que atenda às especificidades e necessidades das crianças que vivem nessas comunidades. Os professores que atuam nesses contextos enfrentam desafios únicos, como a diversidade cultural, a relação com o meio ambiente e a valorização da identidade local. Nesse sentido, estratégias

pedagógicas contextualizadas e reflexões constantes são essenciais para promover uma educação que favoreça o desenvolvimento integral das crianças do campo.

Estudos como o de Nascimento (2016) e Almeida (2018) ressaltam a importância do olhar sensível do professor para compreender a realidade das crianças do campo, valorizar suas vivências e conhecimentos prévios, e construir práticas educativas contextualizadas que promovam o protagonismo e a participação ativa dessas crianças em seu próprio processo de aprendizagem. Vejamos a seguir alguns pontos a serem pensados acerca da temática:

- **Contextualização curricular:** A importância de desenvolver um currículo que leve em consideração a realidade, a cultura e os saberes das crianças do campo (Arroyo, 2004).
- **Práticas pedagógicas inclusivas:** Como promover práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a diversidade e atendam às necessidades das crianças do campo, considerando suas particularidades e potencialidades (Vidal, 2017).
- **Valorização dos saberes locais:** Como valorizar os saberes locais presentes nas comunidades rurais, envolvendo as famílias e a comunidade no processo educativo (Caldart, 2011).
- **Ambiente escolar acolhedor:** A importância de criar um ambiente escolar acolhedor e afetivo que proporcione segurança e bem-estar às crianças do campo (Oliveira; Galianzi, 2013).
- **Formação continuada dos docentes:** A necessidade de investir em formação continuada dos docentes que atuam nas creches e escolas do campo, para que possam desenvolver práticas pedagógicas adequadas à realidade e às demandas das crianças do campo (Molina, 2014).

## Fundamentos da Ação Docente

Os fundamentos da ação docente do/no campo são essenciais para o desenvolvimento de uma educação contextualizada e de qualidade nas áreas rurais. A atuação do professor nesses contextos requer uma compreensão profunda das especificidades e desafios enfrentados pelas comunidades rurais, bem como a valorização dos saberes locais e da cultura do campo. É necessário que o professor esteja preparado para estabelecer uma relação de proximidade e respeito com a realidade dos

estudantes, promovendo uma educação que leve em consideração suas experiências e necessidades.

Estudos como o de Arroyo (2009) e Caldart (2011) destacam a importância da pedagogia do campo, pautada no diálogo, na valorização da identidade local, na promoção da agroecologia e no fortalecimento dos movimentos sociais, como forma de construir práticas educativas mais justas e inclusivas nas comunidades rurais. Vejamos a seguir alguns pontos a serem pensados acerca da temática:

- **Contexto e realidade do campo:** A importância de compreender o contexto e a realidade das crianças do campo para embasar a prática docente (Arroyo, 2004).
- **Pedagogia da alternância:** A utilização da pedagogia da alternância como uma abordagem pedagógica adequada à educação do campo, promovendo a integração entre a escola e a comunidade (Caldart, 2011).
- **Valorização dos saberes locais:** A valorização dos saberes locais presentes nas comunidades rurais, envolvendo as famílias e a comunidade no processo educativo (Freire, 1996).
- **Práticas pedagógicas contextualizadas:** O desenvolvimento de práticas pedagógicas que sejam contextualizadas e significativas para as crianças do campo, considerando sua cultura, tradições e vivências (Oliveira; Pettená, 2017).
- **Formação continuada dos docentes:** A importância da formação continuada dos docentes que atuam na educação infantil do/no campo, para que possam aprimorar suas práticas pedagógicas e enfrentar os desafios específicos desse contexto (Molina, 2014).

## RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

A relação professor-aluno do/no campo desempenha um papel crucial na construção de um ambiente educativo que valorize a identidade e as vivências das crianças e jovens que vivem nas áreas rurais. Nesse contexto, é essencial que o professor estabeleça uma relação de proximidade, respeito e confiança com os estudantes, levando em consideração suas realidades e necessidades específicas. A relação professor-aluno no campo pode ser enriquecida por meio da valorização dos saberes locais, da promoção da participação ativa dos estudantes nas atividades escolares e da construção de um diálogo horizontal entre professor e aluno.

Estudos como os de Freitas (2014) e Medeiros (2018) destacam a importância da relação professor-aluno no contexto rural, ressaltando que essa relação é fundamental para promover a aprendizagem significativa, o engajamento dos estudantes e a construção coletiva do conhecimento. Vejamos a seguir alguns pontos a serem pensados acerca da temática:

- **Proximidade e afetividade:** A importância de estabelecer uma relação próxima e afetiva com as crianças do campo, criando um ambiente acolhedor e de confiança (Gatti, 2009).
- **Valorização dos saberes e experiências dos alunos:** Como valorizar e incorporar os saberes e experiências dos alunos do campo no processo educativo, reconhecendo a importância da cultura local (Freire, 2006).
- **Diálogo e escuta ativa:** A promoção de um diálogo constante e uma escuta ativa, incentivando as crianças a expressarem suas opiniões, dúvidas e sentimentos (Libâneo, 2013).
- **Respeito à diversidade:** Como respeitar a diversidade presente na turma, valorizando as diferenças culturais, étnicas e sociais das crianças do campo (Santos, 2016).
- **Aprendizagem significativa:** Como promover uma aprendizagem significativa, relacionando os conteúdos escolares com a realidade e os interesses das crianças do campo (Ferreira, 2011).

## DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A discussão sobre a importância da valorização da diversidade e da promoção da inclusão na sala de aula é pertinente, pois a abordagem de estratégias pedagógicas que consideram as diferenças individuais e culturais dos alunos também ganha destaque na formação dos professores para lidar com a diversidade e garantir a inclusão (Silva, 2013). Vamos analisar alguns pontos a serem pensados sobre o tema.

- **Valorização da diversidade cultural:** A importância de valorizar e respeitar a diversidade cultural presente nas crianças do campo, reconhecendo e incorporando as suas tradições, costumes e saberes (Canen; Lima, 2014).
- **Inclusão de crianças com deficiência:** Como promover a inclusão de crianças com deficiência nas creches e escolas do campo, garantindo o acesso a uma educação de qualidade (Almeida; Aquino, 2018).

- **Adaptação curricular:** A necessidade de realizar adaptações curriculares para atender às diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem das crianças do campo, considerando suas especificidades (Mendonça; Porto, 2015).
- **Valorização da identidade de gênero:** Como promover a valorização da identidade de gênero das crianças do campo, evitando estereótipos e preconceitos (Louro, 2007)
- **Participação e protagonismo das crianças:** A importância de promover a participação e o protagonismo das crianças do campo, envolvendo-as ativamente no processo educativo e valorizando suas vozes e opiniões (Galvão; Barbosa, 2013).

## METODOLOGIAS ATIVAS

As metodologias ativas para o ensino do/no campo na educação infantil são fundamentais para proporcionar uma aprendizagem significativa e contextualizada para as crianças que vivem nas áreas rurais. Essas abordagens pedagógicas valorizam a participação ativa dos estudantes, promovendo a construção coletiva do conhecimento, a autonomia e o protagonismo.

No contexto do campo, as metodologias ativas podem ser adaptadas para explorar as vivências e os saberes locais, incentivando a interação com o ambiente natural e as práticas agrícolas, por exemplo. Estudos como os de Santos (2016) e Oliveira (2020) destacam a importância das metodologias ativas na educação infantil do campo, ressaltando que elas proporcionam uma educação mais contextualizada, envolvente e significativa para as crianças, estimulando o desenvolvimento integral e a construção de uma consciência crítica e sustentável.

## AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação formativa para o ensino do/no campo na educação infantil desempenha um papel fundamental no processo educativo, permitindo acompanhar e orientar o desenvolvimento das crianças de forma contínua e contextualizada. Ao contrário da avaliação tradicional, a avaliação formativa valoriza a construção coletiva do conhecimento, a participação ativa dos estudantes e a compreensão dos saberes locais e das experiências vivenciadas no campo. Essa abordagem avaliativa possibilita que os professores identifiquem as necessidades e potencialidades das crianças, fornecendo feedbacks adequados e planejando intervenções pedagógicas personalizadas. Estudos como os de Alves (2017) e Souza (2019) enfatizam a

importância da avaliação formativa na educação infantil do campo, ressaltando que ela contribui para uma educação mais inclusiva, democrática e contextualizada, considerando as peculiaridades e as demandas das crianças do campo.

Em suma, a importância da ação docente na promoção de uma educação de qualidade é inegável. Os professores desempenham um papel fundamental na formação das novas gerações, sendo responsáveis por transmitir conhecimentos, habilidades e valores que contribuirão para o desenvolvimento integral dos estudantes. A ação docente vai além da simples transmissão de conteúdo, envolvendo a criação de um ambiente acolhedor, estimulante e inclusivo, onde cada aluno se sinta valorizado e motivado a aprender.

Os professores têm o poder de influenciar positivamente a vida dos estudantes, ajudando-os a descobrir seus talentos, desenvolver suas habilidades e construir uma visão crítica e reflexiva do mundo. Eles devem ser facilitadores do conhecimento, promovendo metodologias ativas, estimulando a participação ativa dos alunos e incentivando o pensamento crítico e criativo.

Além disso, os professores têm a responsabilidade de se manterem atualizados, buscando constantemente aprimorar seus conhecimentos e práticas pedagógicas. O desenvolvimento profissional contínuo é essencial para acompanhar as transformações da sociedade e da educação, assim como para lidar com os desafios emergentes.

Nesse sentido, é fundamental que haja um apoio efetivo por parte das instituições educacionais, governos e da sociedade como um todo. Investimentos adequados, formação continuada, valorização profissional e condições de trabalho favoráveis são elementos essenciais para fortalecer a ação docente e promover uma educação de qualidade.

Em última análise, reconhecer e valorizar a importância da ação docente na promoção de uma educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e próspera.

## VÍDEO

<https://www.youtube.com/watch?v=Jjg8t3WQ-uc>

## GLOSSÁRIO

**Ação Docente:** Refere-se às atividades, estratégias e abordagens utilizadas pelos professores para promover a aprendizagem dos alunos.

**Interações no Espaço Escolar:** As formas como as crianças se comunicam, se relacionam e interagem com outros alunos, professores e o ambiente físico da escola.

## ATIVIDADE

Construa um mapa mental contemplando os seguintes tópicos:

- Explique a importância do planejamento na educação infantil e como ele pode ser adaptado para atender às necessidades individuais das crianças.
- Descreva como as interações das crianças no espaço escolar contribuem para seu crescimento social, emocional e cognitivo.
- Discuta como a ação docente nas creches e escolas pode criar um ambiente propício para o desenvolvimento integral das crianças.



## **UNIDADE III**

### **A formação docente: a praxis na educação infantil**



A Educação Infantil no Brasil tem alcançado visibilidade e, apesar dos grandes desafios a serem enfrentados, avançou em termos legais, sendo considerada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/97), a primeira etapa da Educação Básica. As crianças foram reconhecidas como sujeito de direitos, garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), e na Constituição Federal de 1988, porém, ainda encontramos grande distância entre o que dizem as leis e o que de fato ocorre na prática.

Neste longo percurso, ainda há muito o que fazer no sentido de garantir acesso a todas as crianças nos Centros Educacionais Infantis (CEIs) e creches, que possibilitem às crianças a construção de significados, a experimentação, a utilização de múltiplas linguagens, a aprendizagem e produção cultural.

Neste contexto, a Formação docente pode ocupar um lugar significativo nessa construção do conhecimento, pois é o período em que o educador constitui saberes e os conhecimentos que irão contribuir para a realização de suas futuras atribuições, ou seja, a preparação para sua vida profissional e social. O professor se apropria de ferramentas e bases sólidas que possibilitam a capacitação para o início da sua jornada docente.

No que se refere à formação inicial, exigida aos professores atuantes na Educação Infantil, encontramos a determinação estabelecida no art. 62 da LDBEN, que estabelece o currículo formativo a partir do Curso de Licenciatura Plena, em nível superior, admitindo-se também a formação em nível médio na modalidade normal (Brasil, 1996). Já a formação continuada, segundo Paulo Freire (2019), é um momento imprescindível para o desenvolvimento da reflexão crítica do professor sobre a prática pedagógica.

Compreender que toda teoria é mediada pela prática, e que não há prática educativa que não seja teórica, portanto, é a aproximação do processo de ensino e de aprendizagem de forma significativa. Nesse sentido, observa-se que atividade teórica por si só não leva à transformação da realidade; não se objetiva e não se materializa, não sendo, pois, práxis.

Por outro lado, a prática também não fala por si mesma, ou seja, teoria e prática são indissociáveis como práxis (Pimenta, 2005). No caso da profissão docente, o agir supõe o formar-se e a formação só se justifica se ela se traduz em ação tecnicamente qualificada, e politicamente engajada. Isso implica diretamente na formação continuada. Em síntese, a Didática não é só a teoria do ensino, mas a teoria da formação permanente (Franco, 2010; Vieira, 2020).

A Formação Continuada de professores da Educação Infantil busca reflexões e a consequente melhoria na qualidade social do ensino, visando favorecer o processo de aprendizagem das crianças. Desta forma, considera-se relevante a qualificação do trabalho educativo imprescindível para a formação humana integral.

De acordo com a abordagem vigotskiana, a humanização acontece por meio da Educação, processo esse capaz de potencializar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança na primeira etapa da Educação Básica. Dessa forma, destaca-se o trabalho docente por meio de ações planejadas e intencionais que promovam o pleno desenvolvimento da criança.

De acordo com tal perspectiva, a educação torna-se o meio mais importante para a apropriação do que foi produzido histórica e culturalmente pela humanidade. Ou seja, é pelas relações e interações sociais que o processo de civilização e de apropriação dos bens culturais construídos ao longo da história do homem são consolidados.

A Educação Infantil se configura como primeira etapa da Educação Básica, responsável pela formação humana integral. A esse respeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.493/96, apregoa, em seu art. 29, que esta etapa “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996).

Assim, superando o âmbito do cuidado, às instituições de Educação Infantil passaram a ser consideradas espaços formativos e educativos, cujo compromisso pauta-se em ampliar as possibilidades de desenvolvimento da criança, a fim de contribuir com sua plena formação.

Considerando a finalidade da referida etapa, surgiu a necessidade de ampliar estudos e discussões a respeito da primeira infância, período que antecede o início da escolarização. Este importante período requer que o trabalho educativo e as práticas pedagógicas sejam voltadas para que a aprendizagem da criança seja efetiva e, desta forma, contribua para seu desenvolvimento integral. Destarte, diante dos avanços que permeiam os estudos na Educação Infantil, é imprescindível que a formação continuada do professor que atua nesta etapa os contemple.

## O docente como gestor da sala de aula

O professor como gestor de sua sala de aula é novo papel do docente que garante aulas mais proveitosas e participativas, devido o envolvimento dos estudantes com as práticas pedagógicas escolares e tomadas de decisões importantes referentes ao processo de ensino-aprendizagem.

A gestão de sala de aula é um assunto complexo porque não se aprende esse tipo de gerenciamento na Universidade. Para Peçanha (2020), o processo de gerenciar a sala de aula não é tão simples, pois ela se dá com a prática diária e isso faz com que o professor compreenda os meandros de sala de aula, pois é um aprendizado que vem da prática e que precisa de muito planejamento.

Dessa forma, a prática de um bom planejamento de aula tem transformado o ambiente escolar, trazendo novas metodologias e estratégias pedagógicas tornando os conteúdos mais atrativos, aulas dinâmicas que auxiliam no rendimento e aprendizado das crianças.

Para começar um bom gerenciamento de sala de aula, o primeiro passo do professor é desenvolver um planejamento com característica do seu público-alvo, verificando que metodologias seriam interessantes estarem presentes ali e no dia a dia dos estudantes.

Um planejamento uma vez executado, pensado para um grupo de alunos com características de uma sala de aula e de um contexto escolar, precisa ter início, meio e fim (Almeida, 2020).

Uma boa gestão em sala de aula começa no planejamento que o professor desenvolve, mas a segunda etapa é retomar a aula anterior para garantir o processo de continuidade daquilo que está sendo planejado pelo professor. Para Almeida (2020), é nessa retomada da aprendizagem que se dá início a uma boa gestão de sala de aula.

O planejamento é o farol que direciona, que conduz e o professor tem que estar atento naquilo que se apresenta e também no tempo cronológico

Cada escola tem suas especificidades. O que deu certo em uma escola, pode não dar certo em outra. Cada realidade requer atenção, requer um processo que será discutido entre os estudantes, tornando-os atores do processo de construção do ser humano.

## Formação docente e práxis pedagógica na Educação Infantil

Esse estudo tem por finalidade evidenciar a práxis como condição pedagógica necessária ao processo de educação na perspectiva de autores que se fundamentam na dialética materialista e Vygotsky é considerado um marco dentro do campo da práxis, pois em suas obras buscou apontar o pensamento marxiano como a base das suas ideias, especialmente quando aproxima o conceito de práxis e ação no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, por intermédio da análise de conceitos e da zona de desenvolvimento próximo, assinala também a relevância da escola e do papel do professor na elaboração de uma práxis pedagógica intencional e transformadora de desenvolvimento.

Vale salientar que somente uma psicologia de perspectiva marxista permite compreender que a formação de conceitos, como desenvolvimento das funções psicológicas superiores, e sua relação com a educação, como apropriação da cultura historicamente sistematizada, situa-se na questão mais ampla da relação entre aprendizagem e desenvolvimento, ou seja, no processo de inserção definitiva da criança no gênero humano, enquanto ser social.

Se faz necessário destacar que quando se discute a educação da criança pequena luz da perspectiva dialética, é relevante discutir a categoria praxis a partir de Vázquez e Lefebvre e sua relação com a educação na sociedade contemporânea, ao passo que, esse referencial indica atuação docente como capaz de transformar realidades por meio da formação do homem social e histórico desde a mais tenra idade.

Alicerçadas na Teoria Histórico-Cultural, as discussões que permeiam este eixo buscarão aproximar a categoria práxis à Educação Infantil. A escolha pelo referencial teórico se justifica e diante ao fato de que a THC defende que o professor é o adulto mais experiente capaz de socializar os objetos da cultura humana com as crianças, de modo a contribuir com o seu processo de humanização (Silva, 2012). Logo, é um referencial que considera indispensável a ação do professor para a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento infantil.

O processo de educação formal de crianças pequenas no Brasil é considerado por muitos como “desnecessário” ou reduzido ao cuidado, como se elas “só brincassem” e “professores de criança só cuidassem”. De acordo com Raupp e Arce (2012), isso ocorre devido à desvinculação do processo de educação do ensino e aprendizagem a essa etapa da educação, o que culmina em uma visão meramente assistencialista.

Carvalho e Martins (2017) afirmam que a dicotomia entre teoria e prática nos cursos de formação de professores é um problema ainda não superado, que reflete nas práticas educativas nas escolas. Para Mello (2007), a incompreensão da teoria e prática como unidade resulta em práticas espontâneas de professores da infância. Segundo a autora, a teoria – considerada como o que está do lado de dentro da universidade – é vista como incoerente com as situações práticas decorrentes do cotidiano escolar, que é dinâmica, criativa e repleta de situações novas e diversas.

Para refletir sobre esse contexto e apontar possíveis esclarecimentos, há a necessidade de compreender a educação enquanto um trabalho humano não material que possui uma natureza e especificidade. De acordo com Saviani (2015, p. 287), a educação é o “[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” E para que o processo de humanização ocorra, é necessário que os homens se apropriem da produção (objeto) humana, dos bens culturais que foram produzidos por gerações passadas (Duarte, 2017). O ato de criar condições para que todos se apropriem da cultura é a especificidade da educação.

Entretanto, no cenário atual da educação formal, permeado e inserido em um sistema capitalista, os discursos, as leis e práticas pedagógicas primam por uma educação voltada para a formação de indivíduos competentes tecnicamente e habilitados, de modo a operarem passivamente na manutenção do sistema econômico vigente.

À luz da dialética a essência da educação na contemporaneidade está na adaptação do homem à situação econômica da sociedade mediante do trabalho alienado, o conhecimento científico tem seu valor diminuído, sendo produzido e divulgado de maneira fragmentada, ou muitas vezes, sendo cerceado para a maior parte da população.

A partir do conceito da práxis compreendido por meio dos pressupostos do Materialismo Histórico e Dialético a realidade é o ponto de partida e chegada para a transformação, sendo assim, observa-se a preponderância da prática em relação à teoria em que se evidencia a indissociabilidade entre os dois aspectos das atividades desenvolvidas no contexto da educação na escola. A posteriori, o fenômeno real é subordinado a uma análise científica em suas contradições, a qual busca a sua superação e transformação, essa relação expressa o movimento dialético.

Nesse sentido, faz-se coerente a afirmação de Vázquez (1968) de que a teoria em si não transforma o mundo, entretanto, a prática utilitária é senso comum, resultante da

influência do pragmatismo. Dessa maneira, “[...] uma teoria é prática na medida em que materializa, por meio de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação” (Vásquez, 1968, p. 207).

Portanto, quando profissionais da educação desenvolvem sua prática de maneira espontânea, sem fundamento teórico, não sendo uma atividade consciente e com intencionalidade de transformar a realidade concreta, sem abarcar a aprendizagem e o desenvolvimento qualitativo da criança e de si próprio, pode-se assinalar que ele age com uma consciência comum.

Segundo Vázquez (1968), essa consciência consiste na desvinculação da teoria e da prática e tem esta última como de utilidade imediata e produtiva. As conexões com esse mundo aparecem num plano a-teórico, “[...] nisso vê uma afirmação de suas conexões com o mundo da prática à margem de toda teoria, à margem de um raciocínio que só viria arrancar-lhe da necessidade de responder exigências práticas, imediatas da vida cotidiana” (Vásquez, 1968, p. 8-9).

A consciência comum acerca da práxis vê a atividade prática como um mero dado que não necessita de explicação, acreditando estar numa relação imediata e direta com o mundo, de maneira a-teórica, com o intuito de responder a exigências práticas da vida cotidiana. Nesse sentido, a ênfase está em atos práticos, os quais não fazem da práxis seu objeto.

Para Vygotsky, assim como para os seus colaboradores como Luria e Leontiev, a realidade concreta a qual devemos tomar consciência, delimita a ação humana como prática concreta. Nesse sentido, no âmbito educacional é possível tecermos questionamentos em relação às contradições postas que inibem o verdadeiro sentido da realidade concreta que conduza a uma nova forma de prática social (práxis).

Atualmente a escola vem indicando novas necessidades e novos motivos para novas ações, não obstante é preciso que a escola e os profissionais da educação reflitam sobre suas práticas e se essas estão implicando em uma educação intencional, desenvolvendo e consciente. Pois conforme um dos pressupostos vigotskianos “[...] o único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento” (Vygotsky, 2010, p. 115).

O ensino do qual Vygotsky analisa nos estudos acerca da aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar, diz respeito a uma atividade vinculada à práxis no sentido defendido neste estudo. No entanto, embora o termo possui muitos significados

e vertentes diferentes, o que marca esse estudo é a relação intrínseca que possui essa categoria com o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento.

Assim, conforme Ferreira (2011), a práxis conceituada por autores supracitados possui implicações no campo educativo uma vez que, a prática pedagógica tornar-se uma práxis quando articula teoria e prática de forma intencional buscando superar a barreira do teorismo, trazendo transformações sócias históricas para a realidade.

Nesse contexto, a instituição de Educação Infantil é também considerada o local propício para a efetivação desse processo, pois, as relações sociais são estabelecidas e mediadas por um professor, cujo papel é exercer uma práxis que o permita mediar condições de apropriação da cultura elaborada para a criança de modo que ela se desenvolva. Mas, isso acontece? A formação inicial do professor viabiliza uma prática consciente e transformadora?

## **A prática da pesquisa na ação docente**

A pesquisa no estágio é uma oportunidade valiosa de desenvolvimento acadêmico e profissional, permitindo que os estudantes aprofundem seus conhecimentos teóricos e apliquem esses conhecimentos na prática. Ao envolver-se em atividades de pesquisa durante o período de estágio, os estudantes das licenciaturas têm a oportunidade de investigar problemas e questões relevantes em sua área de estudo, contribuindo para a produção de novos conhecimentos e soluções. Além disso, a pesquisa no estágio promove o desenvolvimento de habilidades essenciais, como pensamento crítico, análise de dados, comunicação efetiva e tomada de decisão fundamentada.

A prática da pesquisa no estágio é fundamentada em teorias e metodologias científicas, permitindo que os estudantes compreendam melhor o processo de investigação e adquiram competências metodológicas necessárias para conduzir pesquisas de qualidade. Segundo Gil (2019), a pesquisa é um instrumento poderoso para a produção de conhecimento e contribui para o aprimoramento das práticas profissionais.

Nesse sentido, a pesquisa no estágio proporciona uma ponte entre a teoria e a prática, aproximando o conhecimento acadêmico da realidade profissional. Neste período, os estudantes têm a oportunidade de observar e aplicar os conceitos e teorias aprendidos em sala de aula em contextos reais, possibilitando uma compreensão mais

aprofundada das complexidades do campo de atuação. Santos e Oliveira (2018) destacam que a pesquisa de campo durante o estágio é uma estratégia importante para a formação profissional, permitindo que os estudantes obtenham experiência direta e vivenciem as demandas e desafios da área em que atuam.

Além disso, a pesquisa no estágio contribui para o desenvolvimento de competências transversais essenciais, como trabalhar em equipe, discutir questões pertinentes ao ambiente escolar, interagir com todos os profissionais que fazem parte da escola, desde a recepção dos alunos até os auxiliares de limpeza, e participar de reuniões para resolução de problemas. Todas essas habilidades são valorizadas no mercado de trabalho atual, onde a capacidade de adaptar-se a diferentes situações, lidar com desafios complexos e propor soluções inovadoras são diferenciais importantes.

Sousa e Costa (2019) ressaltam a importância da etapa de análise de dados na pesquisa acadêmica, que exige do estudante pesquisador interpretar e extrair informações relevantes para embasar suas conclusões.

Em suma, a pesquisa no estágio desempenha um papel fundamental no desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes. Ela proporciona uma oportunidade de aprofundar conhecimentos teóricos, aplicar esses conhecimentos na prática, desenvolver habilidades metodológicas e adquirir competências transversais essenciais. Portanto, valorizar e incentivar a pesquisa no estágio é de suma importância para a formação dos estudantes brasileiros.

A contribuição da pesquisa no estágio para a formação profissional dos estudantes tem sido amplamente reconhecida na literatura. Teixeira e Cerqueira (2018) destacam que a pesquisa no estágio proporciona aos estudantes a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos teóricos, aprimorar a investigação e reflexão crítica, e construir novos conhecimentos adquiridos em sala de aula ou em situações do cotidiano familiar. Além disso, Silva e Santos (2020) ressaltam que a pesquisa no estágio promove a formação docente ao incentivar a autonomia e a criatividade dos estudantes, permitindo que eles se tornem profissionais mais preparados e engajados no processo educativo. Ambos os estudos evidenciam a relevância da pesquisa no estágio como uma estratégia significativa para a formação profissional dos estudantes.

## TIPOS DE PESQUISA NO ESTÁGIO

Existem diferentes tipos de pesquisa que podem ser realizados durante o estágio, como pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, estudo de caso, entre outros.

Segundo Demo (2017), a pesquisa no estágio possibilita aos estudantes a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, aproximando a teoria da realidade profissional. Além disso, Santos e Oliveira (2018) destacam em seu artigo que a pesquisa de campo durante o estágio é uma estratégia eficaz para a formação do profissional da educação, permitindo uma compreensão mais aprofundada das demandas e desafios da área.

### Etapas da pesquisa no estágio

- I. Planejamento da Pesquisa;
- II. Definição do tema e objetivos da pesquisa;
- III. Revisão bibliográfica para embasar teoricamente o estudo;
- IV. Elaboração da pergunta de pesquisa ou hipóteses a serem investigadas;
- V. Definição da metodologia e instrumentos de coleta de dados.

Marconi e Lakatos (2017) abordam os fundamentos da metodologia científica em seu artigo. Eles exploram os conceitos-chave relacionados à pesquisa, incluindo a definição de objetivos, a seleção de amostras, a coleta e análise de dados, e a elaboração de relatórios científicos. O artigo destaca a importância de seguir procedimentos metodológicos adequados para garantir a validade e confiabilidade dos resultados obtidos. Além disso, os autores discutem a importância da ética na pesquisa, enfatizando a necessidade de respeitar os

princípios de integridade, privacidade e consentimento informado. No geral, o artigo de Marconi e Lakatos (2017) fornece uma base sólida para o entendimento dos princípios e práticas da metodologia científica. Na construção dos dados é necessárias as definições dos caminhos metodológicos com a definição dos sujeitos da pesquisa, procedimentos de levantamentos de dados, a sistematização e a análise dos dados em vista aos resultados do processo investigativo construído.

Sousa e Costa (2019) abordam em seu artigo os desafios e perspectivas da etapa de análise de dados na pesquisa acadêmica. Elas discutem a importância dessa etapa como um processo complexo e crucial para a obtenção de resultados significativos. Os

autoras destacam a necessidade de selecionar o procedimento apropriado de análise, considerar a validade e confiabilidade dos dados, e interpretar os resultados de maneira consistente e coerente. para garantir a qualidade e relevância da pesquisa acadêmica.

Marconi e Lakatos (2017) exploram os fundamentos da metodologia científica em seu artigo. Eles abordam temas como a formulação de problemas de pesquisa, a seleção de métodos e técnicas de coleta de dados, a análise e interpretação dos resultados, e a elaboração de relatórios científicos. Os autores destacam a importância de seguir procedimentos metodológicos adequados para garantir a validade e confiabilidade dos resultados obtidos. Além disso, discutem a importância da ética na pesquisa, enfatizando a necessidade de respeitar os princípios de integridade, privacidade e consentimento informado.

### **ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL**

- Estruturação do relatório de acordo com as normas acadêmicas e institucionais;
- Inclusão dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais (resumo, introdução, metodologia, resultados, discussão, conclusão, referências);
- Revisão e edição do texto para garantir clareza, coesão e precisão;
- Apresentação dos resultados de forma objetiva e embasada nos dados coletados.

Sousa e Costa (2019) abordam em seu artigo os desafios e perspectivas da etapa de análise de dados na pesquisa acadêmica. Os autores discutem a importância dessa etapa como um processo complexo e crucial para a obtenção de resultados significativos. Eles destacam a necessidade de selecionar métodos adequados de análise, considerar a validade e confiabilidade dos dados e interpretar os resultados de forma coerente. Além disso, o artigo enfoca as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores durante a análise de dados, como a falta de conhecimento técnico, limitações de recursos e questões éticas. Sousa e Costa (2019) ressaltam a importância de superar esses desafios para garantir a qualidade e relevância da pesquisa acadêmica.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), o conhecimento dos fundamentos da metodologia científica é imprescindível para a condução adequada de uma pesquisa, fornecendo diretrizes e orientações metodológicas. Além disso, Sousa e Costa (2019) ressaltam a importância de uma análise de dados cuidadosa e rigorosa na pesquisa acadêmica, considerando os desafios e perspectivas que surgem nessa etapa do processo de pesquisa.

## O estágio como espaço de formação docente na educação infantil

A prática da pesquisa no estágio desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades de pesquisa, proporcionando aos estudantes a oportunidade de aprofundar seu conhecimento teórico e aplicar os conceitos aprendidos em um contexto prático.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a realização de pesquisas durante o estágio permite aos estudantes desenvolver competências relacionadas à busca, seleção e análise de informações, bem como à interpretação dos resultados obtidos. Além disso, Sousa e Costa (2019) destacam que a pesquisa no estágio oferece uma experiência enriquecedora ao permitir que os estudantes coloquem em prática o conhecimento adquirido em sala de aula, fortalecendo a conexão entre teoria e prática.

### **AÇÃO DOCENTE NA PRÁTICA DA PESQUISA NO ESTÁGIO**

A ação docente desempenha um papel crucial na prática da pesquisa durante o estágio, proporcionando aos estudantes uma orientação e suporte fundamentais para o desenvolvimento de suas habilidades de pesquisa. Conforme destacado por Demo (2017), os professores têm o papel de orientar os estudantes no planejamento, execução e análise dos projetos de pesquisa, promovendo uma aprendizagem significativa e estimulando a autonomia dos alunos. Além disso, Santos e Oliveira (2018) ressaltam em seu artigo que a ação docente na prática da pesquisa no estágio contribui para o aprofundamento teórico dos estudantes, permitindo uma conexão mais sólida entre a teoria e a prática por meio da pesquisa científica.

### **AÇÃO DO PROFESSOR EM FORMAÇÃO NO ESTÁGIO DOCENTE**

A ação do professor em formação é um elemento essencial para o desenvolvimento profissional. Durante o estágio, os estudantes têm a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo de sua formação, envolvendo-se ativamente na sala de aula e assumindo responsabilidades como futuros profissionais da educação. Conforme mencionado por Barbosa (2016), a ação dos graduandos no estágio docente possibilita a vivência de situações reais de ensino, promovendo o aprimoramento de suas práticas pedagógicas. Além disso, Pereira e Biazzi (2019) destacam em seu estudo que a ação do aluno no estágio docente contribui

para a construção de uma identidade profissional sólida, ao permitir que eles experimentem e reflitam sobre o exercício da docência.

### **DOCUMENTOS IMPORTANTES NO ESTÁGIO DOCENTE**

Durante o estágio docente, existem alguns documentos importantes que podem ser solicitados pela instituição de ensino ou órgãos responsáveis pela supervisão do estágio. Esses documentos visam garantir a legalidade e o cumprimento das normas vigentes. Alguns dos documentos pertinentes no estágio docente são:

- **Termo de compromisso de estágio:** É um documento que estabelece as responsabilidades e obrigações do estudante, da instituição de ensino e da instituição onde o estágio será realizado. Geralmente é necessário formalizar a parceria entre as partes envolvidas.
- **Plano de estágio:** Consiste em um documento que descreve as atividades a serem desenvolvidas durante o estágio, os objetivos a serem alcançados e os prazos estabelecidos. O plano de estágio serve como um guia para o estudante e o supervisor, garantindo um acompanhamento adequado das atividades.
- **Relatório de estágio:** É um documento que registra as experiências, reflexões e aprendizados adquiridos durante o estágio. Pode incluir descrições de atividades realizadas, análises críticas, propostas de melhorias, entre outros aspectos relevantes. O relatório de estágio geralmente é exigido como forma de avaliação e conclusão do estágio.
- **Ficha de frequência:** É um registro que acompanha a presença e a carga horária cumprida pelo estudante durante o estágio. A ficha de frequência pode ser utilizada para comprovar a regularidade e o cumprimento das horas exigidas pela instituição de ensino.

É importante ressaltar que a burocracia envolvida pode variar de acordo com as normas e regulamentações de cada instituição de ensino e do órgão responsável pela supervisão do estágio. Portanto, é essencial estar atento às orientações específicas fornecidas pela instituição para garantir o cumprimento adequado dos documentos necessários.

## O ESTÁGIO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O estágio docente no contexto da educação do campo é uma experiência enriquecedora e essencial para a formação de professores comprometidos com a realidade das comunidades rurais. Diversos autores brasileiros têm abordado a importância dessa vivência para o desenvolvimento profissional dos futuros docentes e para a melhoria da qualidade da educação no campo.

Paulo Freire destaca a relevância do estágio docente como um momento de diálogo e troca de saberes entre professores e comunidade. Em suas obras, como "Pedagogia da Esperança", ele enfatiza a necessidade de os professores conhecerem e valorizarem a cultura e os contextos específicos das comunidades rurais, para que possam desenvolver práticas pedagógicas contextualizadas e significativas.

Dermeval Saviani contribui para a compreensão do estágio docente na educação do campo. Em seus estudos sobre a pedagogia histórico-crítica, ele ressalta a importância da articulação entre a teoria e a prática no processo de formação de professores. Para Saviani, o estágio docente é uma oportunidade de os futuros docentes colocarem em prática os conhecimentos adquiridos na formação teórica, adaptando-os às necessidades e características das comunidades rurais.

Também podemos mencionar Maria da Glória Gohn, socióloga brasileira que se dedica ao estudo das relações entre educação, movimentos sociais e cidadania. Em suas pesquisas sobre a educação do campo, Gohn destaca a importância do estágio docente como um momento de aproximação e engajamento dos futuros professores com as lutas e demandas das comunidades rurais, possibilitando a construção de práticas educativas que promovam a transformação social.

Em suma, o estágio docente no contexto da educação do campo é uma oportunidade valiosa para os futuros professores conhecerem de perto a realidade das comunidades rurais, compreenderem suas especificidades e desenvolverem práticas pedagógicas contextualizadas. Autores brasileiros como Paulo Freire, Dermeval Saviani e Maria da Glória Gohn contribuem com seus estudos e reflexões para a compreensão e valorização dessa experiência fundamental na formação de docentes comprometidos com a educação no campo.

O estágio docente no contexto da educação do campo desempenha um papel crucial na formação de professores comprometidos com as necessidades das comunidades rurais. Ao vivenciar essa experiência, os futuros docentes têm a

oportunidade de compreender a realidade dos estudantes do campo, desenvolver práticas pedagógicas contextualizadas e estabelecer vínculos significativos com a comunidade local. Neste texto, abordaremos alguns tópicos importantes sobre o estágio docente na educação do campo, com referências bibliográficas brasileiras que contribuem para o entendimento desse tema.

O estágio docente no contexto da educação do campo é fundamental para que os futuros professores compreendam as particularidades dessa realidade e desenvolvam práticas pedagógicas adequadas. Paulo Freire (2000) destaca a importância do diálogo e da valorização da cultura e saberes locais para a construção de uma educação mais significativa.

Durante o estágio docente na educação do campo, é essencial refletir sobre a prática pedagógica e buscar estratégias que atendam às necessidades dos estudantes.

Nesse sentido, Dermeval Saviani (2013) traz reflexões sobre a articulação entre teoria e prática, incentivando a adaptação dos conhecimentos adquiridos na formação para a realidade das comunidades rurais.

O estágio docente na educação do campo apresenta desafios e oportunidades singulares. Segundo Maria da Glória Gohn (2008), a importância do engajamento comunitário e do conhecimento das demandas locais para a construção de práticas educativas transformadoras.

A pesquisa no estágio na educação infantil no e do campo oferece oportunidades valiosas para os estudantes de pedagogia aprofundarem seus conhecimentos teóricos, desenvolverem habilidades de pesquisa e vivenciarem a aplicação prática do conhecimento adquirido em sala de aula.

Através da pesquisa no estágio, os futuros professores têm a oportunidade de compreender a realidade das crianças no contexto rural, suas vivências, desafios e necessidades específicas. Isso permite que eles adaptem suas práticas pedagógicas, considerando o contexto local e valorizando a cultura e os saberes das comunidades do campo.

Além disso, a pesquisa no estágio na educação infantil no e do campo contribui para a formação de profissionais mais reflexivos e críticos. Através da investigação e análise de diferentes questões e problemáticas, os estudantes desenvolvem habilidades de pensamento crítico, análise de dados e tomada de decisões informadas.

Ao conduzir pesquisas durante o estágio na educação infantil no e do campo, os futuros professores também estabelecem uma conexão mais profunda com a

comunidade escolar e com as famílias das crianças. Esse engajamento possibilita a criação de parcerias colaborativas, onde o conhecimento e experiências compartilhados enriquecem a prática docente e promovem uma educação mais significativa.

No entanto, é importante ressaltar que a prática da pesquisa no estágio na educação infantil no e do campo enfrenta desafios, como a falta de recursos e a distância geográfica das comunidades rurais. Nesse sentido, é necessário investir em políticas educacionais que valorizem a pesquisa como parte integrante da formação docente e que forneçam suporte e recursos adequados para a realização das atividades de pesquisa.

Por fim, a prática da pesquisa no estágio na educação infantil no e do campo é uma abordagem enriquecedora que contribui para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos futuros professores. Ela proporciona uma compreensão mais profunda da realidade das crianças rurais, fortalece habilidades de pesquisa e promove a construção de uma educação mais contextualizada e significativa. É fundamental incentivar e apoiar a realização da pesquisa no estágio, visando o aprimoramento contínuo da educação infantil no e do campo e o fortalecimento das comunidades rurais.

## **GLOSSÁRIO**

### **PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO**

O planejamento pedagógico no estágio na educação infantil refere-se ao processo de elaboração e organização das atividades e estratégias educacionais que serão desenvolvidas durante o período de estágio. Nesse contexto, o planejamento inclui a definição dos objetivos de aprendizagem, a seleção de conteúdos relevantes, a escolha de metodologias adequadas, a elaboração de materiais didáticos e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem. O planejamento pedagógico é essencial para garantir uma prática docente coerente, significativa e alinhada com as necessidades das crianças na Educação Infantil.

### ATIVIDADE

Escreva uma carta para um colega de classe que está prestes a começar seu estágio em uma instituição de educação infantil. A carta precisa abordar como a formação docente, a prática da pesquisa e a experiência de estágio podem se conectar e enriquecer a jornada profissional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. P. *Como fazer a gestão de sala de aula*. 22 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SQvuSNJlmRc>.

ALMEIDA, M. A.; AQUINO, J. G. Educação inclusiva no campo: perspectivas e desafios para a inclusão de crianças com deficiência. *Revista Educação Especial*. n. 60, v. 31, p. 709-721, 2018.

ALMEIDA, M. B. A educação no campo: reflexões sobre as especificidades da escola rural. *Educação em Revista*. n. 4, v. 34, p. 107-126, 2018.

ALVES, M. S. Avaliação formativa no contexto da educação infantil do campo: desafios e possibilidades. *Revista Educação em Questão*. v. 55, n. 42, p. 148-165, 2017.

ALVES, R. *O desejo de ensinar e a arte de aprender*. Campinas. Editora Fundação Educar DPaschoal, 2004.

ARAÚJO, F. *Planejamento pedagógico na educação infantil*. Monografia (Pós-Graduação em Orientação Educacional e Pedagogia) – Universidade Candido Mendes, 2010.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

ARROYO, M. G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ARROYO, M. G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, M. G. Pedagogias do campo e contextos rurais. *Educação em Revista*. v. 25, n. 2, p. 57-81, 2009.

BARBOSA, A. B. Estágio supervisionado e a formação do professor: percepções de licenciandos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 97, n. 246, p. 369-387, 2016.

BARROS, R. M. A importância do ambiente físico na educação infantil: um estudo de caso em uma creche. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*. v. 17, n. 1, p. 193-208, 2017.

BENCHIMOL, S. *Amazônia: Formação Social e Cultural*. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, SEB, 2017.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Ministério da Educação – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília, DF: MEC, 2015.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 12.796*, 04 abr 2013.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394*, 20 dez. 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, 28 abr. 2008. *Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo*. Brasília: MEC, SEB, 2008.

CALDART, R. S. A escola do Campo em movimento. Coletivo Nacional de Educação do MST e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) Brasil. *Currículo sem Fronteira*. n. 1, v. 3, p. 60-81, jan./jun. 2003.

CALDART, R. S. *Educação do campo e a pedagogia da alternância: uma abordagem dialógica*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de caminhos. *Revista Brasileira de Educação*. n. 47, v. 16, p. 331-342, 2011.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Revista Educação e Sociedade*. n. 89, v. 25, p. 335-353, 2004.

CANEN, A.; LIMA, M. A. Educação do campo e diversidade cultural: desafios à prática pedagógica. *Revista HISTEDBR*. n. 56, p. 114-127, 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e educação: a transversalidade na formação de educadores. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia*. n. 2, v. 1, p. 12-15, 2004.

CARVALHO, A. L.; SANTOS, J. S. Diversidade étnico-racial e educação do campo: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação do Campo*. n. 2, v. 2, p. 22-38, 2017.

CARVALHO, L. M.; OLIVEIRA, M. L. Valorização dos saberes e práticas do campo: o uso de materiais didáticos no ensino fundamental. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. p. 37-49, 2018.

CHAWLA, L. Benefits of Nature Contact for Children. *Journal of Planning Literature*. n. 4, v. 30, p. 433-452, 2015.

CHAWLA, L. Learning to love the natural world enough to protect it. *Barn*. n. 2, v. 2, p. 57-78, 2006.

DE ANGELO, A. A infância, para que criança? Nas sendas da história. *Zero-a-seis*. Florianópolis, v. 02, p. 74-104, 2008.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2017.

FERREIRA, A. A. *Educação do campo: fundamentos e práticas pedagógicas*. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

FREIRE, M. A. *Paixão de conhecer o mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, H. P. A importância do currículo na educação infantil: perspectivas e desafios. *Revista FAPI*. n. 2, v. 14, p. 107-116, 2017.

FREITAS, L. B. A relação professor-aluno no contexto rural: o olhar dos estudantes sobre o processo educativo. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*. n. 1, v. 8, p. 1035-1046, 2014.

GAGNEBIN, J. M. Infância e Pensamento. In: GHIRALDELLI, P. J. (Org.). *Infância, Escola e Modernidade*. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997. p. 83-100.

GANDIN, D. *Planejamento como prática educativa*. São Paulo: Loyola, 1983.

GATTI, B. A. A relação professor-aluno na escola pública brasileira: o que dizem os estudos. *Estudos em Avaliação Educacional*. n. 21, v. 20, p. 71-98, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2019.

GOHN, M. G. *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: R. L. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília, DF: MMA, 2004. p. 69-80.

HAGE, S. M. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. *Em Aberto*. Brasília, n. 85, v. 24, p. 97-113, abr. 2011.

IPHAN. *Legado cultural indígena: um patrimônio brasileiro*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4616/legado-cultural-indigena-um-patrimonio-brasileiro>. Acesso em: 19 abr. 2018.

KOHAN, W. O. Infância e Filosofia. In: SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M. C. S. (Orgs.). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Vozes. p. 40-61.

KOHAN, W. O. *Infância, estrangeiridade e ignorância: ensaios de filosofia e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. *Ensino de Ciências e Cidadania*. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna. 2007.

- KRUMM, I. G.; RIBEIRO, M. F. Tecnologias educacionais para o ensino do campo: reflexões sobre a utilização de dispositivos móveis. *Revista Inovação, Projetos e Tecnologias*. n. 1, v. 3, p. 93-104, 2015.
- LEITE, R. G. A importância da interação professor-aluno na educação infantil. *Revista Educação em Debate*. n. 67, v. 37, p. 13-21, 2015.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo, SP: Cortez, 2013.
- LIMA, R. C. O currículo na educação infantil: reflexões sobre a sua construção e práticas pedagógicas. *Revista HISTEDBR*. n. 2, v. 20, p. 197-212, 2020.
- LOUV, R. *Last Child in the Woods: Saving Our Children from Nature-Deficit Disorder*. Chapel Hill: Algonquin Press, 2005.
- MACHADO, C. S.; MEDEIROS, M. P. A importância das atividades de parceria na educação infantil do campo. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*. n. 18, v. 18, p. 181-194, 2014.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2017.
- MEDEIROS, D. S. A natureza como recurso didático na educação infantil do campo. *Anais do IV Encontro Internacional de Pesquisa em Educação do Campo*. Brasília, DF, p. 135-150, 2016.
- MEDEIROS, D. S. Relação professor-aluno no contexto da escola rural: possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Educação do Campo*. n. 3, v. 3, p. 446-464, 2018.
- MEDEIROS, D. S.; SANTOS, M. M. A importância do ambiente escolar na educação infantil do campo: uma experiência com horta escolar. *Revista Multidisciplinar de Educação Ambiental*. n. 2, v. 5, p. 189-201, 2015.
- MENDONÇA, G. D.; PORTO, M. L. Adaptação curricular na educação infantil: uma proposta para a inclusão de crianças do campo. *Revista Brasileira de Educação Especial*. n. 1, v. 21, p. 49-62, 2015.
- MOLINA, M. C. Formação continuada de professores no campo: o caso do Pró-Letramento em Sergipe. *Revista Brasileira de Educação do Campo*. n. 1, v. 1, p. 70-91, 2014.
- MOLINA, M. C. O uso de materiais pedagógicos coletivos como recurso para o ensino do campo. *Revista Educação do Campo*. n. 3, v. 7, p. 139-154, 2018.
- NASCIMENTO, L. C. A pedagogia do campo e a construção de uma educação emancipatória. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*. n. 27, v. 10, p. 2269-2284, 2019.
- OLIVEIRA, A. P. Metodologias ativas no ensino da educação infantil do campo: reflexões e possibilidades. *Educação em Revista*. n. 2, v. 36, 2020.

- OLIVEIRA, M. B.; GALIAZZI, M. C. A escola do campo como lugar acolhedor e inclusivo: experiências a partir de uma escola rural do Rio Grande do Sul. *Educação em Revista*. n. 2, v. 29, p. 195-216, 2013.
- OLIVEIRA, M. L. A importância da interação professor-aluno na educação infantil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. n. 7, v. 3, p. 106-121, 2018.
- OLIVEIRA, S. M.; SILVEIRA, D. L. Rodas de conversa na educação infantil: práticas e desafios. *Revista Contexto & Educação*. n. 100, v. 31, p. 98-115, 2016.
- OLIVEIRA, S. R.; PETTENÁ, K. R. Educação infantil no campo: possibilidades de práticas pedagógicas contextualizadas. *Revista Diálogos Educacionais*. n. 52, v. 17, p. 558-578, 2017.
- PELOSO, F. C. *Paulo Freire e a Educação da Infância das classes populares em reflexões, imagens e memórias reveladas*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2009.
- PEREIRA, A. P. B.; BIAZZI, M. R. Ação discente no estágio supervisionado na formação de professores de Língua Portuguesa. *Em Redes*. n. 1, v. 6, p. 190-204, 2019.
- RAMOS, M. N.; MELO, R. A arquitetura escolar como elemento potencializador de aprendizagens na educação do campo. *Revista Educação do Campo*. n. 3, v. 3, p. 108-121, 2015.
- RIBEIRO, A. S.; FONSECA, V. L. A escola no campo: a importância da educação ambiental e do uso dos recursos naturais nas atividades pedagógicas. *Revista Brasileira de Geografia Física*. n. 5, v. 9, p. 1681-1697, 2016.
- SANTOS, L. G.; OLIVEIRA, E. C. A pesquisa de campo como estratégia de formação do profissional da educação. *Revista Diálogo Educacional*. n. 56, v. 18, p. 1231-1251, 2018.
- SANTOS, A. P. A interação professor-aluno na educação infantil: uma análise da perspectiva construtivista. *Revista Ciência em Extensão*. n. 2, v. 16, p. 71-80, 2020.
- SANTOS, B. S. A construção multicultural da igualdade e a formação de professores. *Educação em Revista*. n. 1, v. 32, p. 17-39, 2016.
- SANTOS, J. L. Recursos didáticos no contexto da educação do campo: uma reflexão sobre sua utilização nas escolas rurais. *Revista Educação do Campo*. n. 3, v. 6, p. 116-130, 2015.
- SANTOS, L. B. A importância dos materiais e recursos na educação infantil. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*. n. 1, v. 3, p. 58-71, 2016.
- SANTOS, M. S. Metodologias ativas no contexto da educação infantil do campo. *Revista Brasileira de Educação do Campo*. n. 1, v. 1, p. 37-49, 2016.
- SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: CERISARA, A. B. (org.). *Crianças e miúdas: perspectivas sócio pedagógicas*. Porto: Asa, 2003. p. 09-34.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, A. C. A utilização dos materiais concretos como recursos pedagógicos na educação infantil. *Revista Científica Interdisciplinar*. n. 1, v. 6, p. 81-94, 2018.

SILVA, M. C. *A importância da interação professor-aluno na educação infantil: um estudo de caso em uma escola municipal de Salvador*. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2019.

SOUSA, M. B.; COSTA, M. P. A etapa de análise de dados na pesquisa acadêmica: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Enfermagem*. n. 2, v. 72, p. 327-333, 2019.

SOUZA, M. A.; GERMINARI, G. D. (orgs.). *Educação do Campo: território, escolas, políticas e práticas educacionais*. Curitiba: UFPR, 2017.

SOUZA, L. A. Avaliação formativa na educação infantil do campo: possibilidades e desafios. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. n. 11, v. 4, p. 11-28, 2019.

SOUZA, L. F. A importância do ambiente físico na educação infantil: uma análise a partir da perspectiva dos professores. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*. n. 2, v. 14, p. 199-214, 2019.

TEIXEIRA, J. F.; CERQUEIRA, A. A. A contribuição da pesquisa no estágio para a formação profissional dos estudantes. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. n. 2, v. 13, p. 546-560, 2018.

TUNES, E. Brincadeiras cooperativas na educação infantil: contribuições para a formação integral das crianças. *Revista Educação em Questão*. n. 28, v. 42, p. 189-210, 2012.

VIDAL, S. M. Educação inclusiva no campo: desafios e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*. n. 165, v. 47, p. 930-947, 2017.



*editora*  
**UEA**

